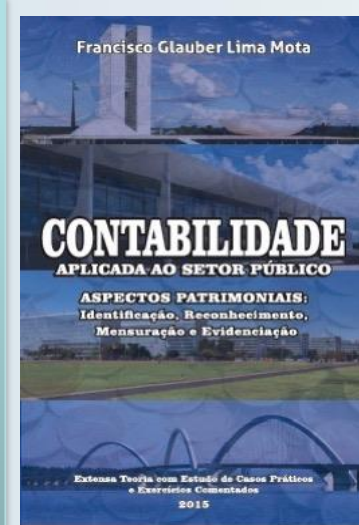
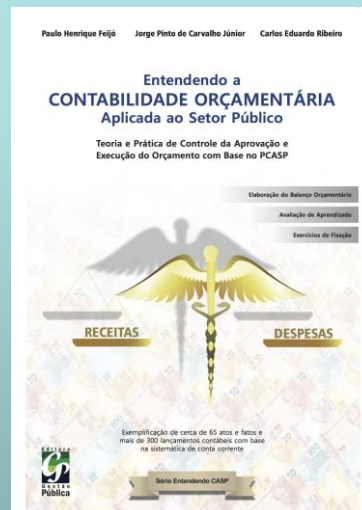
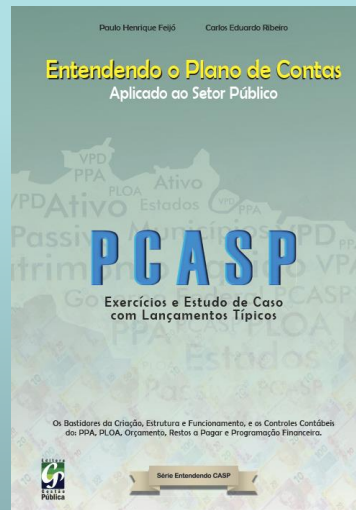
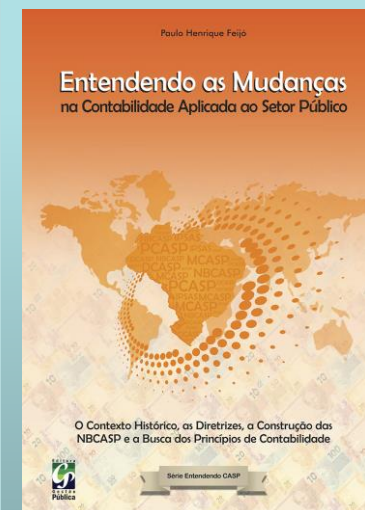
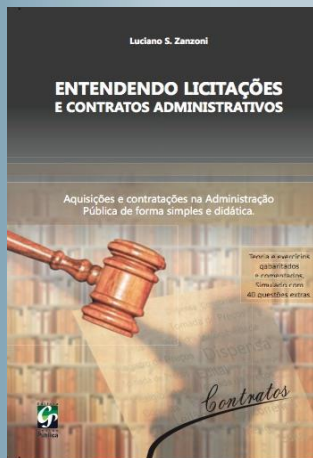


Aquisição pelo site: www.gestaopublica.com.br
No Rio de Janeiro: 21.98027.1040 / 61.9239.0699 (Débhora)



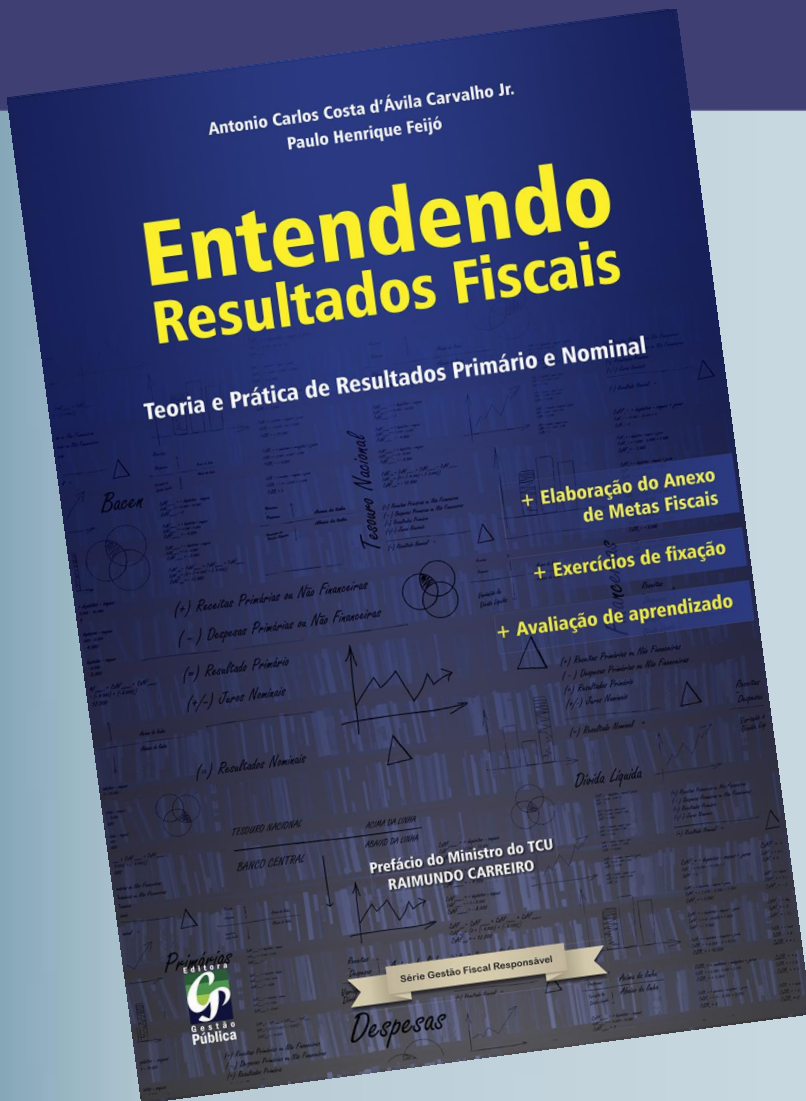
Série Entendendo CASP



Entendendo Resultados Fiscais: Uma Reflexão sobre o Brasil

Paulo Henrique Feijó

Entendendo Resultados Fiscais



Teoria e Prática de Resultados Primário e Nominal

Elaboração do Anexo de Metas Fiscais

Antonio Carlos d'Ávila Carvalho Jr.
professordavila@hotmail.com
Paulo Henrique Feijó
paulo.feijo@financaspublicas.pro.br

Conteúdo

1

Conversando sobre Finanças Públicas

2

Meta Fiscal e a LRF

3

Resultados Fiscais e Critérios de Apuração

4

Resultados Primário: Acima da Linha

5

Anexo de Metas Fiscais

7

Reflexões Sobre o Brasil: Dívida Pública

8

Reflexões Sobre o Brasil: Previdência



Conversando sobre Finanças Públicas

MÓDULO 1

Conteúdo	
1 Planejamento Plano Plurianual - PPA	4 Receita Orçamentária
2 Sistemas Estruturados Elaboração e Gestão do PPA	7 Despesa Orçamentária
3 Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Orçamentária Anual - LOA	8 Encargamento de Exercício Ressarcimento e Contas Oculares
4 Elaboração da LOA	9 Programação e Execução Orçamentária e Financeira
5 Transição no Congresso Ordinária de Apropriação	10 Transferência Recorrente e SFSA Suplementos de Fundos Ordinária de Apropriação

Atividade Financeira do Estado

- Algumas responsabilidades Estatais demandam recursos pecuniários



Manter a ordem

Solucionar litígios

Ações sociais

Serviço público

Planejamento – Orçamento → **GERIR**

Receita → **OBTER**

Despesa → **GASTAR**

Crédito → **CRIAR**

Desajustes Fiscais da Década de 80

Controle das NFSP

Início do Reordenamento das Finanças Públicas

Esgotamento do Modelo de Crescimento com endividamento

Corte do fluxo externo

Descontrole e desordem institucional evidentes

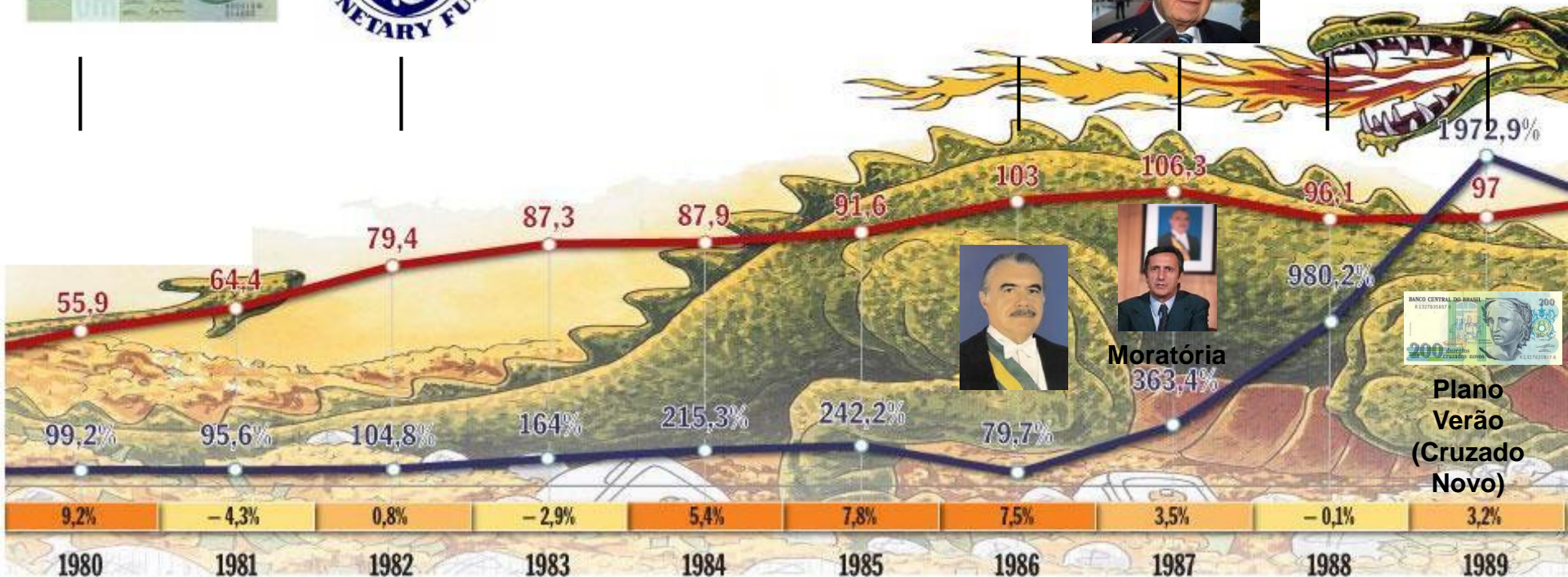


Unificação Orçamentária

Plano Cruzado



CUT



Moratória

363,4%



Plano Verão (Cruzado Novo)

O Reordenamento das Finanças Públicas

O Reordenamento Continua e a Construção do novo modelo de Estado.....

Privatização (Usiminas, CSN, Bancos, Vale, Teles,...)

Plano Collor II
Abertura
Corte de Despesas
Decreto Fim Indexação

**PAF - Lei 8.727 (11/93) -
Refinanciamento da Dívida dos
Est/Mun com a União**



**LC 96/99
Lei Camata 2
Limite Despesa de
Pessoal**

LRF



Plano Collor I
Confisco
Volta o Cruzeiro

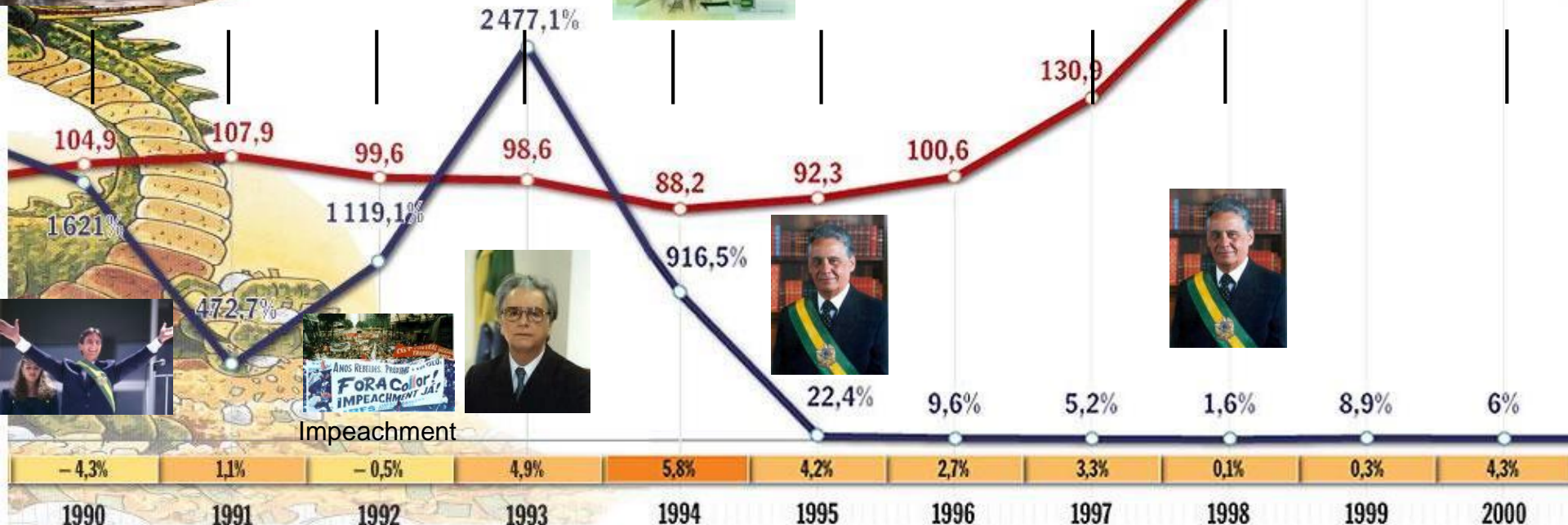


Cruzeiro Real
(Ago/93)
URV



**LC 82/95
Lei Camata 1
Limite Despesa de
Pessoal**

**PAF - Lei 9.496/97 -
Refinanciamento da
Dívida Mobiliária**



Impeachment



As Finanças no Século XXI

O Futuro Chegou!!!



Entre 1968 e 2008 - inflação acumulada de 970 000 000 000 000% (970 trilhões). A maior de 2.477% (1993). A menor, de 1,6% (1998)

Política Fiscal



Manutenção da estabilidade

Metas de Inflação
Superávit Primário
BC "Independente"

Política Monetária

Grau de Investimento



Lei das PPP



O Operário no Poder....

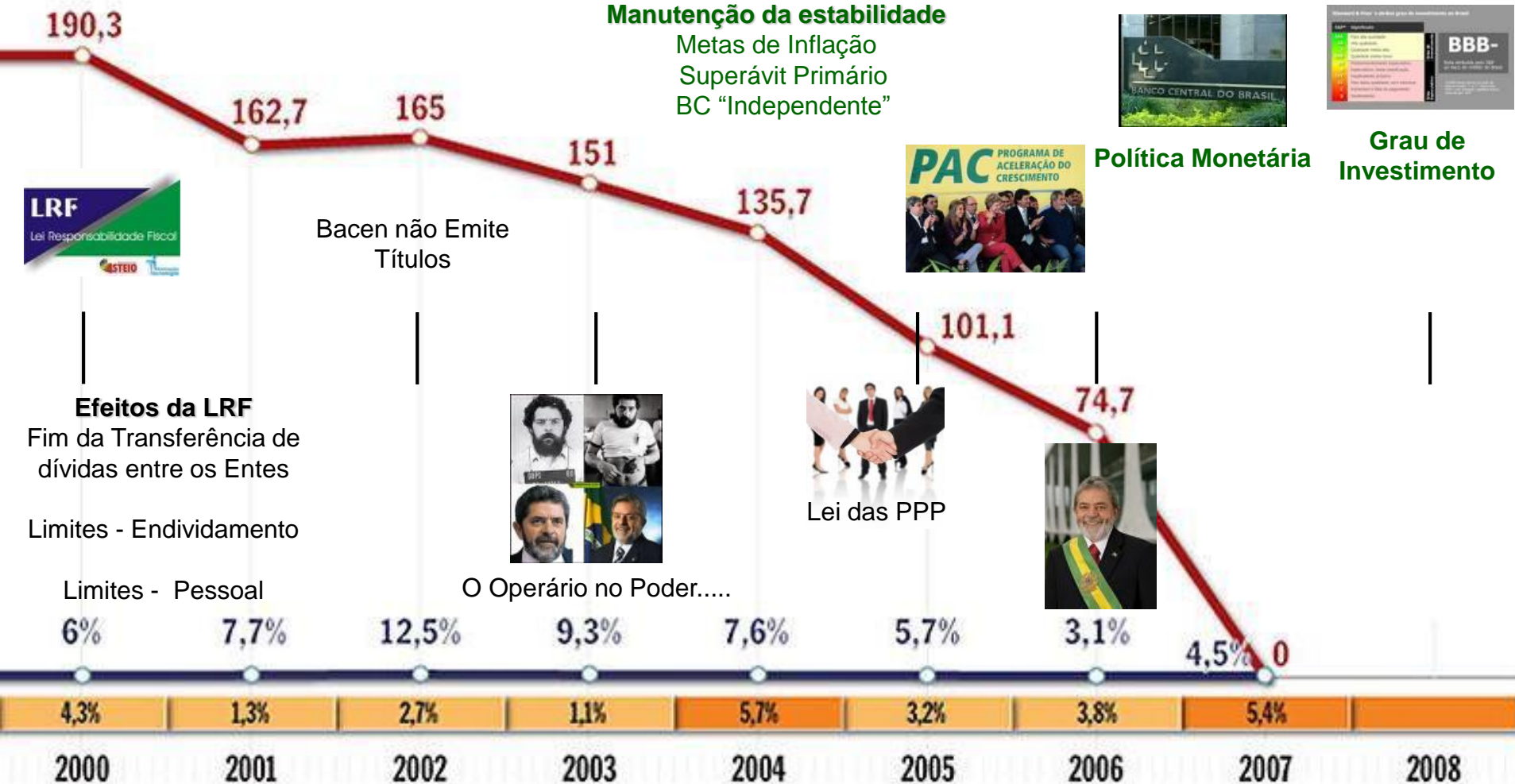


Efeitos da LRF

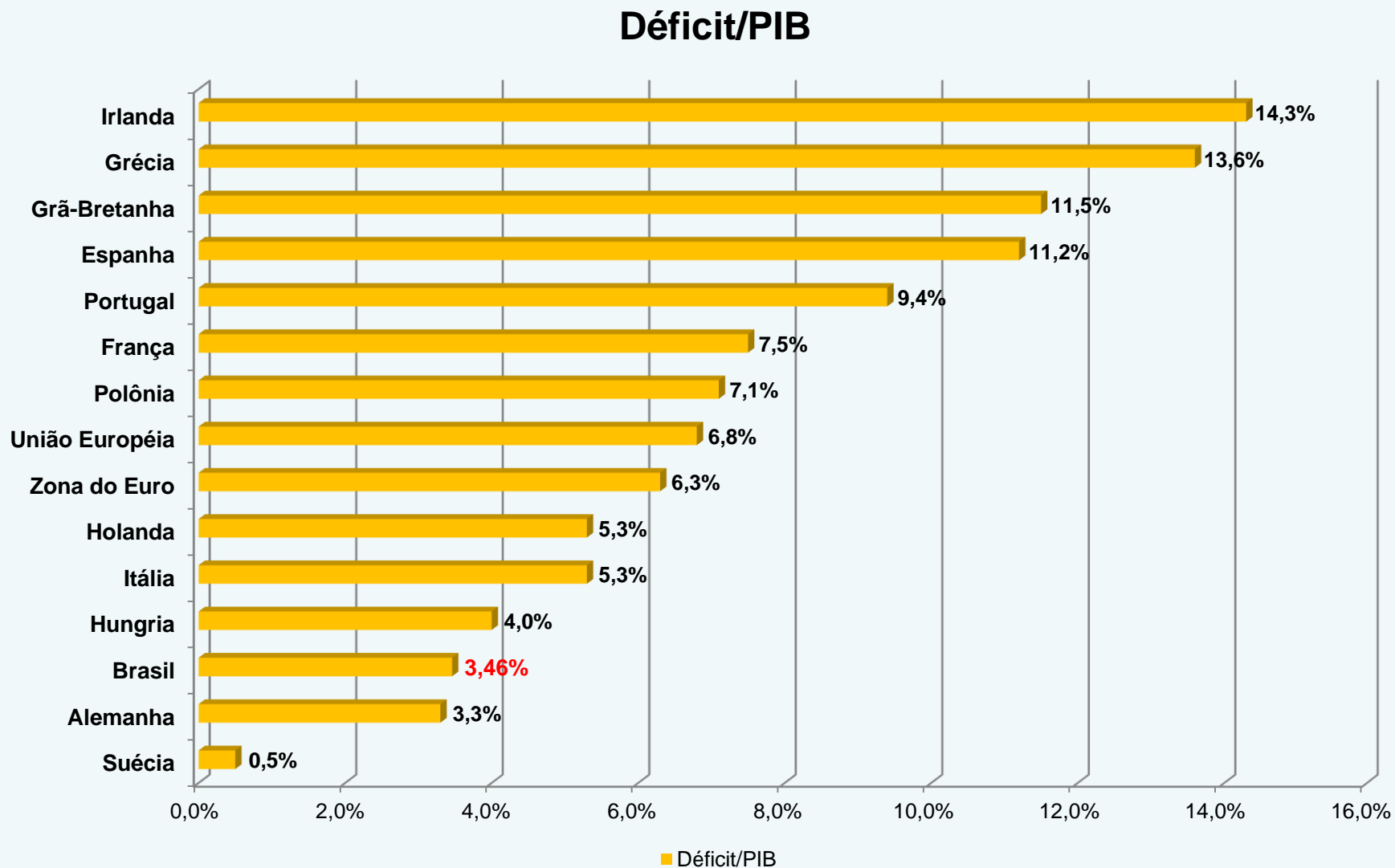
Fim da Transferência de dívidas entre os Entes

Limites - Endividamento

Limites - Pessoal



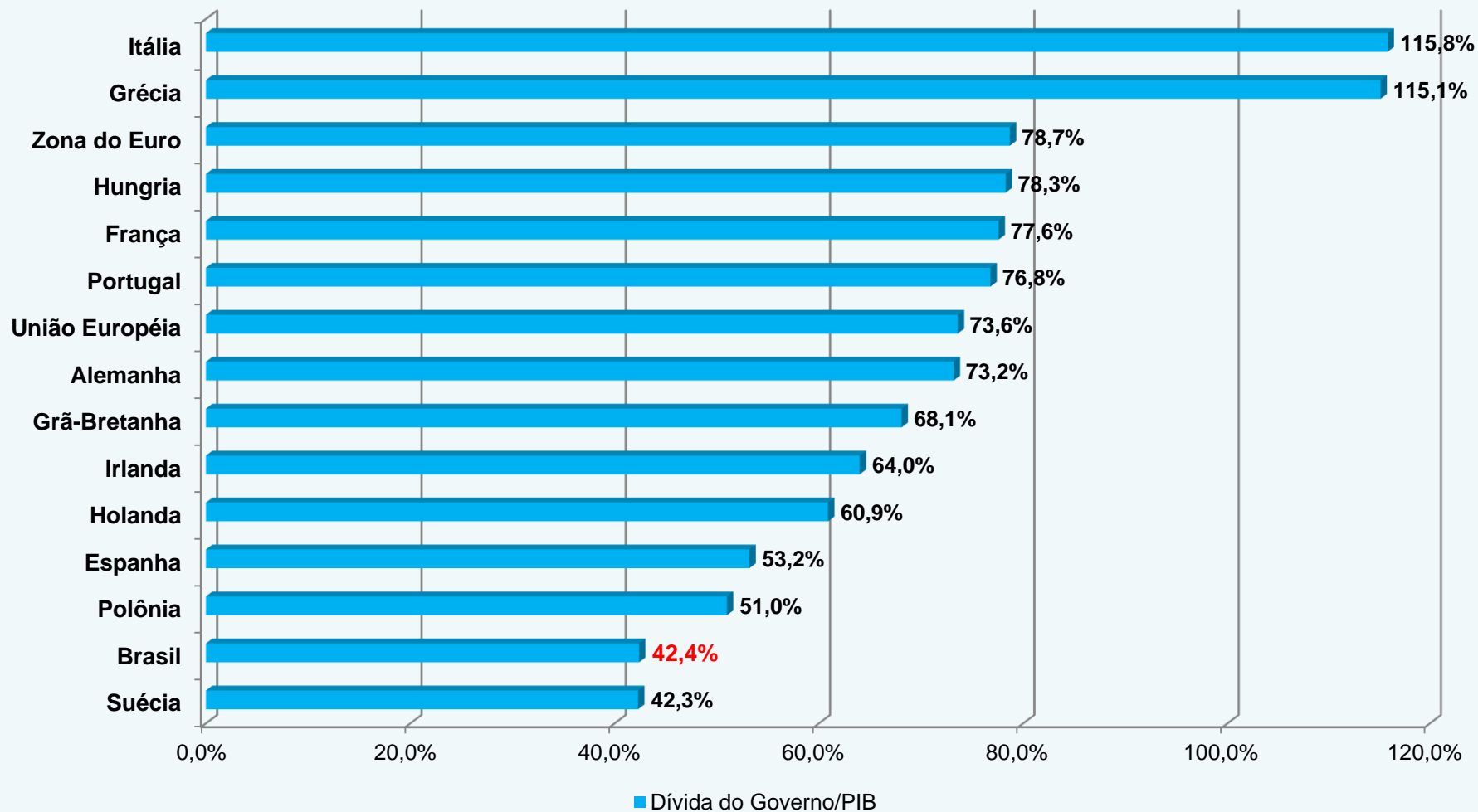
Resultado de Fluxo – Déficit/PIB



Fonte: Correio Braziliense - 2008

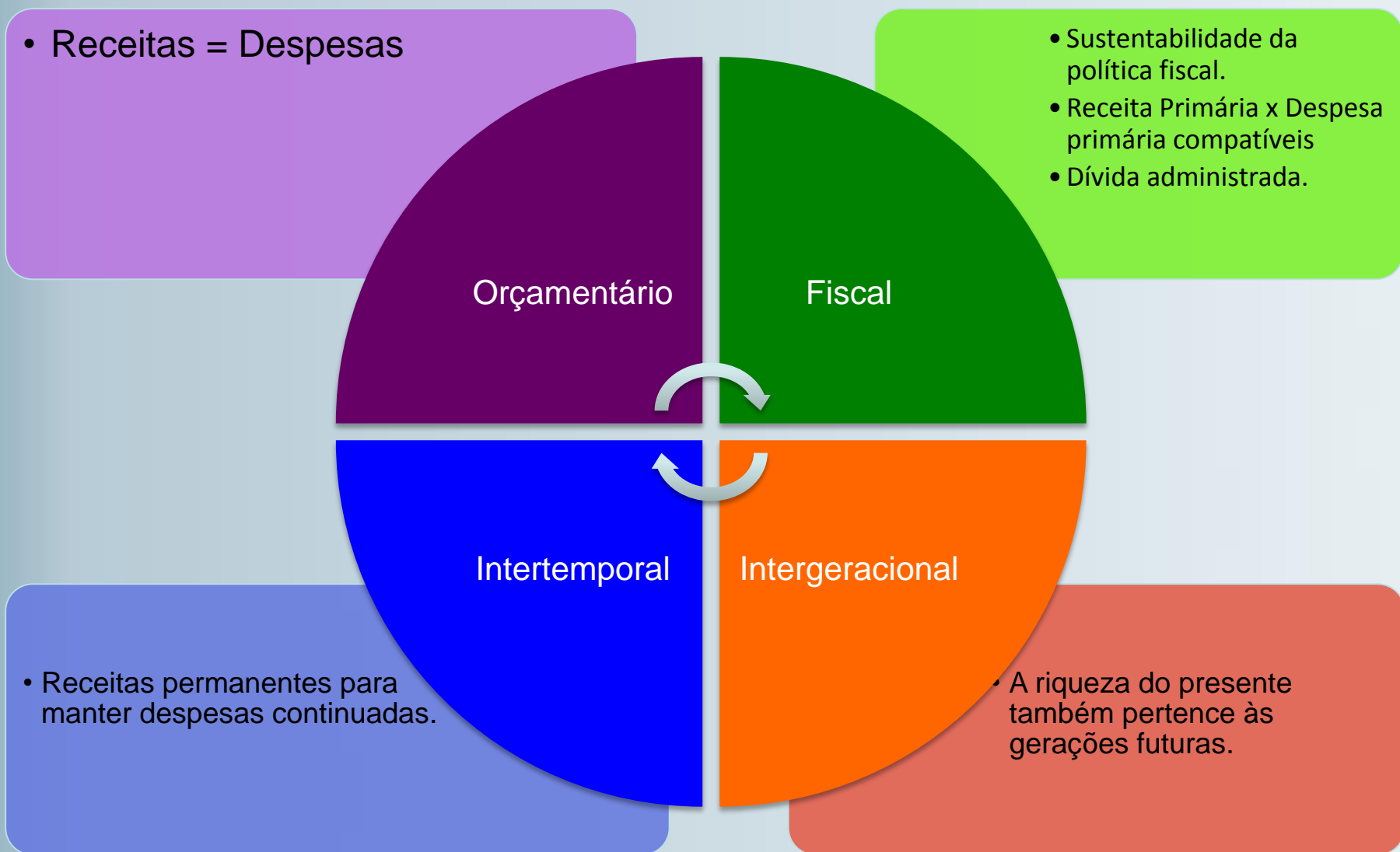
Estoque – Dívida do Governo/PIB

Dívida do Governo/PIB



Fonte: Correio Braziliense - 2008

A busca do Equilíbrio: Qual queremos?





Meta Fiscal e a LRF

MÓDULO 2

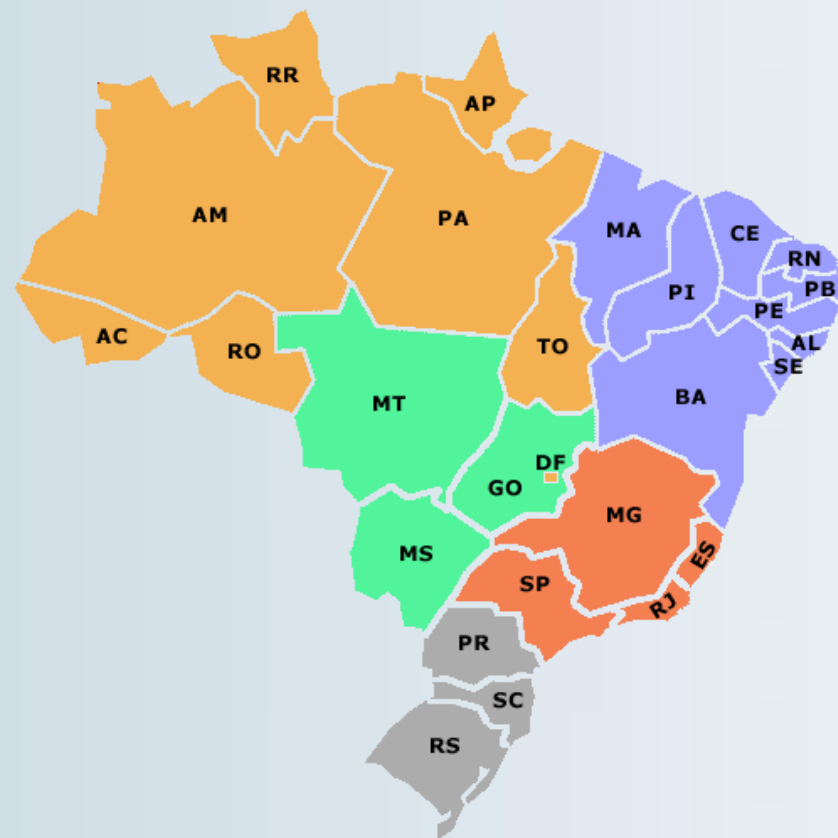
Conteúdo	
1 Planejamento Plano Plurianual - PPA	4 Receita Orçamentária
2 Sistemas Estruturados Elaboração e Gestão do PPA	7 Despesa Orçamentária
3 Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Orçamentária Anual - LOA	8 Encargamento de Exercício Ressarcimento e Pagamento em Contas Correntes
4 Elaboração da LOA	9 Programação e Execução Orçamentária e Financeira
5 Transição no Congresso Ordinária de Apropriação	10 Transferência Nacional e SFPA Suplementos de Fundos Tributação de Apropriação

Anexo de Metas Fiscais (Art. 4º da LRF)

De quem é a responsabilidade por estabelecer metas?

Art. 4º LRF estabelece:

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias **Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas **metas anuais**, em valores correntes e constantes, **relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública**, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.**



A Lógica das Metas Fiscais na LRF

Art. 4º, § 1º Integrará o PLOA **Anexo de Metas Fiscais (AMF)**, em que serão estabelecidas **metas anuais**, em valores correntes e constantes, **relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública**, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.



Art. 5º O PLOA, elaborado de forma compatível com o PPA, com a LDO e com as normas desta LC:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º (Anexo de Metas);



Art. 9º Se verificado, ao final de um **bimestre**, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das **metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no AMF**, os Poderes e o MP promoverão, ..., nos 30 dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO



Art. 8º Até 30 dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Anexo de Metas Fiscais (Art. 4º da LRF)

Meta de Resultado Primário, Nominal e montante da dívida pública

Discriminação	Preços Correntes					
	2014		2015		2016	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. Receita Primária	1.289.030,7	23,88	1.428.204,1	23,92	1.579.913,5	24,14
II. Despesa Primária	1.172.958,7	21,73	1.299.819,1	21,77	1.439.220,5	21,99
III. Resultado Primário Governo Central (I - II)	116.072,0	2,15	128.385,0	2,15	140.693,0	2,15
IV. Resultado Primário Empresas Estatais Federais	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
V. Resultado Primário Governo Federal (III + IV)	116.072,0	2,15	128.385,0	2,15	140.693,0	2,15
VI. Resultado Nominal Governo Federal	-25.682,0	-0,48	-12.673,0	-0,21	-9.772,0	-0,15
VII. Dívida Líquida Governo Federal	1.088.718,0	20,20	1.108.855,0	18,60	1.125.858,0	17,20

Observação:

A meta poderá ser reduzida em virtude dos recursos previstos para o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e para as desonerações tributárias.

Cadastro de Programas e Ações



**O que significa
limitação de
empenho ?**
não autorização para
a realização de
determinadas
despesas previstas
na lei orçamentária.



**Quando deve
ocorrer ?**
sempre que
verificado que a
realização da receita
está inferior à
prevista e não irá
comportar o
cumprimento do
resultado primário.



**O que cabe à
LDO:**
estabelecer critérios
para a realização
desta limitação, como,
por exemplo, quais as
despesas que não
poderão sofrer
limitação.



Resultados Fiscais e Critério de Apuração

MÓDULO 3

Conteúdo	
1 Planejamento Plano Plurianual - PPA	4 Resulta Orçamentária
2 Sistemas Estruturadores Elaboração e Gestão do PPA	7 Despesa Orçamentária
3 Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Orçamentária Anual - LOA	8 Encargamento de Exercício Ressarcimento e Pagor Contas Oribas
4 Elaboração da LOA	9 Programação e Execução Orçamentária e Financeira
5 Transferência no Congresso Critérios de Apuração	10 Tesouro Nacional e SFSP Suplementos de Fundos Tributária de Apuração

O que é Resultado Primário e Nominal?



Qual o impacto deste Resultado Primário na minha vida?

G1 Economia e Negócios

Brasil | Mundo | Economia | Política | Esporte | Carros | Emprego | Educação | Saúde | Tech | Bizarro | Pop&Arte | MG | RJ | SP | Telejornais | Virada de ano

30/04/2010 13h15 - Atualizado em 30/04/2010 13h15

Setor público tem pior resultado primário para março

Reuters

Por Isabel Versiani

BRASÍLIA (Reuters) - O setor público consolidado brasileiro registrou em março o pior resultado primário para o mês da série do Banco Central, iniciada em 2002, sob o impacto de uma piora expressiva do saldo do governo central, mostraram números do Banco Central nesta sexta-feira.

O resultado foi deficitário no mês passado pela primeira vez no ano, em 216 milhões de reais. Em março de 2009, o resultado primário havia sido superavitário em 7,929 bilhões de reais.

Economia e Negócios	
30 JUN	16:42 Lobão diz que Dilma decidirá sobre 11ª Rodada da ANP
02 JUN	19:56 Greve de ferroviários faz empresa ficar quase vazia em SP
25 MAI	19:23 Fukushima vai encarecer programa nuclear do Brasil, diz...

Fundado em 1891

JORNAL DO BRASIL

Quarta-feira, 18 de maio de 2011
jb.com.br

O primeiro jornal 100% digital do país

Capa País Rio **Economia** Internacional Esportes Ciência e Tecnologia Cultura JB Premium Galerias JBlogs

Economia

31/03 às 11h21 - Atualizada em 31/03 às 11h23

Superávit primário do setor público atinge R\$ 7,9 bi em fevereiro

BRASÍLIA - O superávit primário do setor público consolidado alcançou R\$ 7,9 bilhões em fevereiro, o melhor resultado para o mês desde o início da série, em 2001, de acordo com dados divulgados hoje pelo Banco Central (BC).

Necessidade de Financiamento





- **Resultado Primário e Resultado Nominal**

✓ “O exemplo de casa”

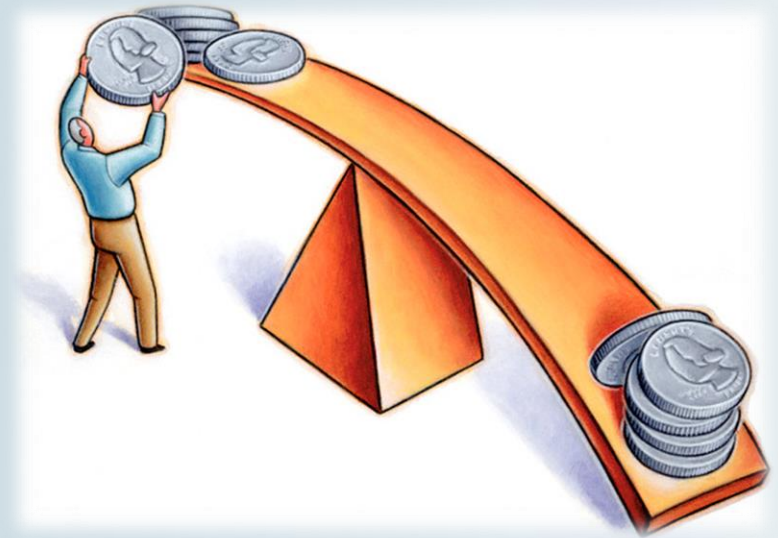
+ 1.000	Salário
(400)	Aluguel
(200)	Alimentação
(200)	Outras despesas
<hr/>	
200	Resultado Primário
(250)	(+/-) Juros
<hr/>	
(50)	Resultado Nominal

Acima da Linha x Abaixo da Linha

“O Exemplo do Estudante”

+ 150	Bolsa de Estudo		Acima da Linha	
- 100	Aluguel			
- 80	Alimentação			
- 70	Outras despesas			
<hr/>		Linha		
- 100	Resultado		Abaixo da Linha	

Por que apurar resultado Primário e Nominal?



- **Objetivo**

- ✓ **Avaliar a sustentabilidade da política fiscal**, ou seja, a capacidade dos governos em **gerar receitas em volume suficiente para pagar as suas contas usuais** (despesas correntes e investimentos), sem que seja comprometida sua **capacidade de administrar a dívida existente**.



Resultado Primário: Acima da Linha

MÓDULO 4

Conteúdo	
1 Planejamento Plano Plurianual - PPA	4 Resulta Orçamentária
2 Sistemas Estruturadores Elaboração e Gestão do PPA	7 Despesa Orçamentária
3 Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Orçamentária Anual - LOA	8 Encargamento de Exercício Reserva e Poder e Contas-Criadas
4 Elaboração da LOA	9 Programação e Execução Orçamentária e Financeira
5 Transição no Congresso Condições de Apropriação	10 Reserva Nacional e SFRA Suplementos de Fundos Tributação de Apropriação

Resultado Primário (RP)

- (+) Receitas Não-financeiras (Receitas Primárias)**
- (-) Despesas Não-financeiras (Despesas Primárias)**
- (=) Resultado Primário, onde**
- Receitas não-financeiras (Primárias)**

- (+) Receitas arrecadadas no exercício
- (-) Receitas de operações de crédito
- (-) Receitas de privatização
- (-) Receitas de aplicações financeiras.

Despesas não-financeiras (Primárias)

- (+) Total de despesas
- (-) Despesas com juros e amortização da dívida
- (-) Despesas de concessão de empréstimos com retorno garantido



Resultado Nominal (RN)

- (+) Resultado Primário
- (+/-) Conta de juros nominais líquidos
- (=) Resultado Nominal



Onde:

Conta de juros nominais líquidos (decorrentes de operações de crédito)

- (+) Recebimento de Juros
- (-) Pagamentos de juros



Resultado Nominal = NFSP
O Resultado Nominal irá caracterizar a necessidade ou não de financiamento do setor público junto a terceiros.

Equilíbrio Orçamentário x Fiscal

Receitas	Despesas
Receitas Primárias (Impostos, Taxas, Contribuições) 40 bilhões	Despesas Primárias (Pessoal, Custeio e Investimento) (56 bilhões)
Receitas Financeiras	Deficit Primário (16 bilhões)
Operações de Crédito	Despesas Financeiras
Alienação de Bens	Amortização de Dívidas (5 bilhões)
Rendimentos	Juros sobre Dívida (2 bilhões)
Total: 40 bilhões	Total: 63 bilhões

Brasil x Paralelo com a Família

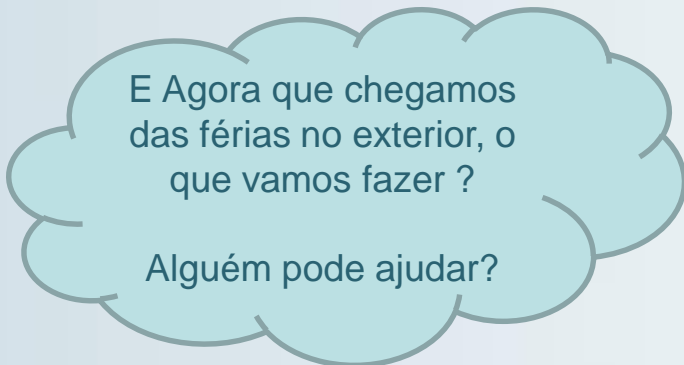
Renda da Família (ano): R\$ 130.000,00

Gastos da Família (ano): R\$ 147.000,00

Deficit (Ano): R\$ 17.000,00

Dívida junto aos familiares (Interna): R\$300.000

Juros (14% ao ano): R\$ 52.000



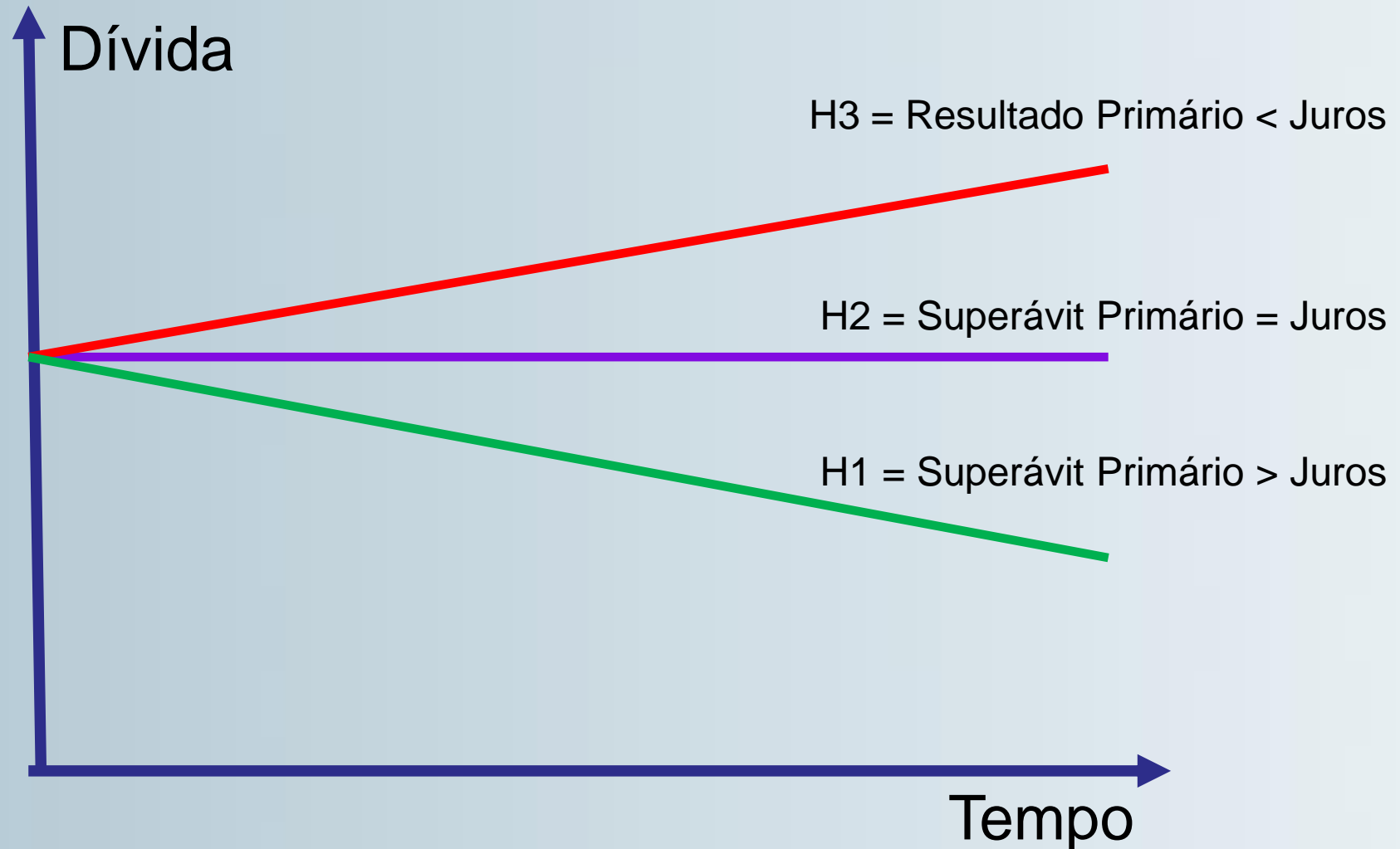


Anexo de Metas Fiscais

MÓDULO 5

Conteúdo	
1 Planejamento Plano Plurianual - PPA	4 Resulta Orçamentária
2 Sistemas Estruturados Elaboração e Gestão do PPA	7 Despesa Orçamentária
3 Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Orçamentária Anual - LOA	8 Encargamento de Exercício Ressarcimento e Contas-Correntes
4 Elaboração da LRA	9 Programação e Execução Orçamentária e Financeira
5 Transição no Congresso Condições de Apropriação	10 Transferência Nacional e SFRA Suplementos de Fundos Tributação de Apropriação

Qual a Trajetória Desejada para a Dívida?



Lógica da Programação e Espaço Fiscal

DISCRIMINAÇÃO	Jan/Dez
1. RECEITA TOTAL	650
1.1 Administrada pela RFB	550
1.2 Receitas Não Administradas	90
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	10
2. TRANSF. A EST. E MUNIC.	150
2.1 FPE/FPM/IPI Est. Exp.	120
2.2 Demais	30
3. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	500
4. DESPESAS	410
4.1 Pessoal	160
4.2 Outras Correntes e de Capital	250
4.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	10
4.4 Não Discricionárias	80
4.5 Discricionárias - Todos os Poderes	160
5. RESULTADO DO TESOIRO	90
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA	-50
6.1 Arrecadação Líquida do INSS	200
6.2 Benefícios da Previdência	250
7. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	0
8. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6+7)	40
9. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	10
10. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (8+9)	50

Espaço Fiscal

Limite de Valor
para as
Despesas
Primárias

Despesas Discricionárias

Despesa que
pode ser
contingenciada

Metas de Resultado Primário

R\$ bilhões

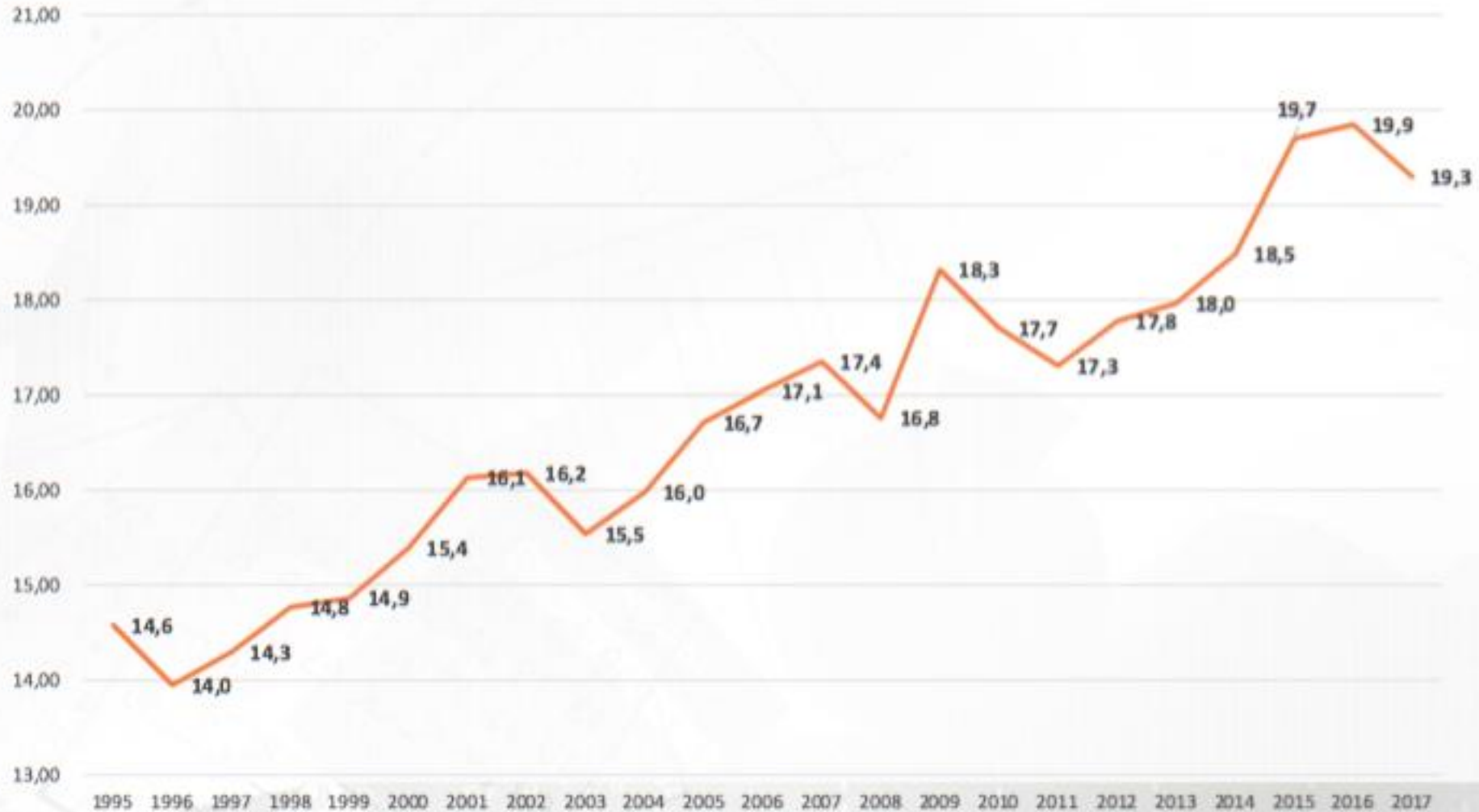
Item	2017	2018	2019
Resultado Primário do Setor Público	-143,1	-66,0	16,9
Governo Central	-139,0	-79,0	0,0
Estatais Federais	-3,0	-3,0	-3,0
Estados e Municípios	-1,1	16,0	19,9

Grandes Números do Orçamento de 2017

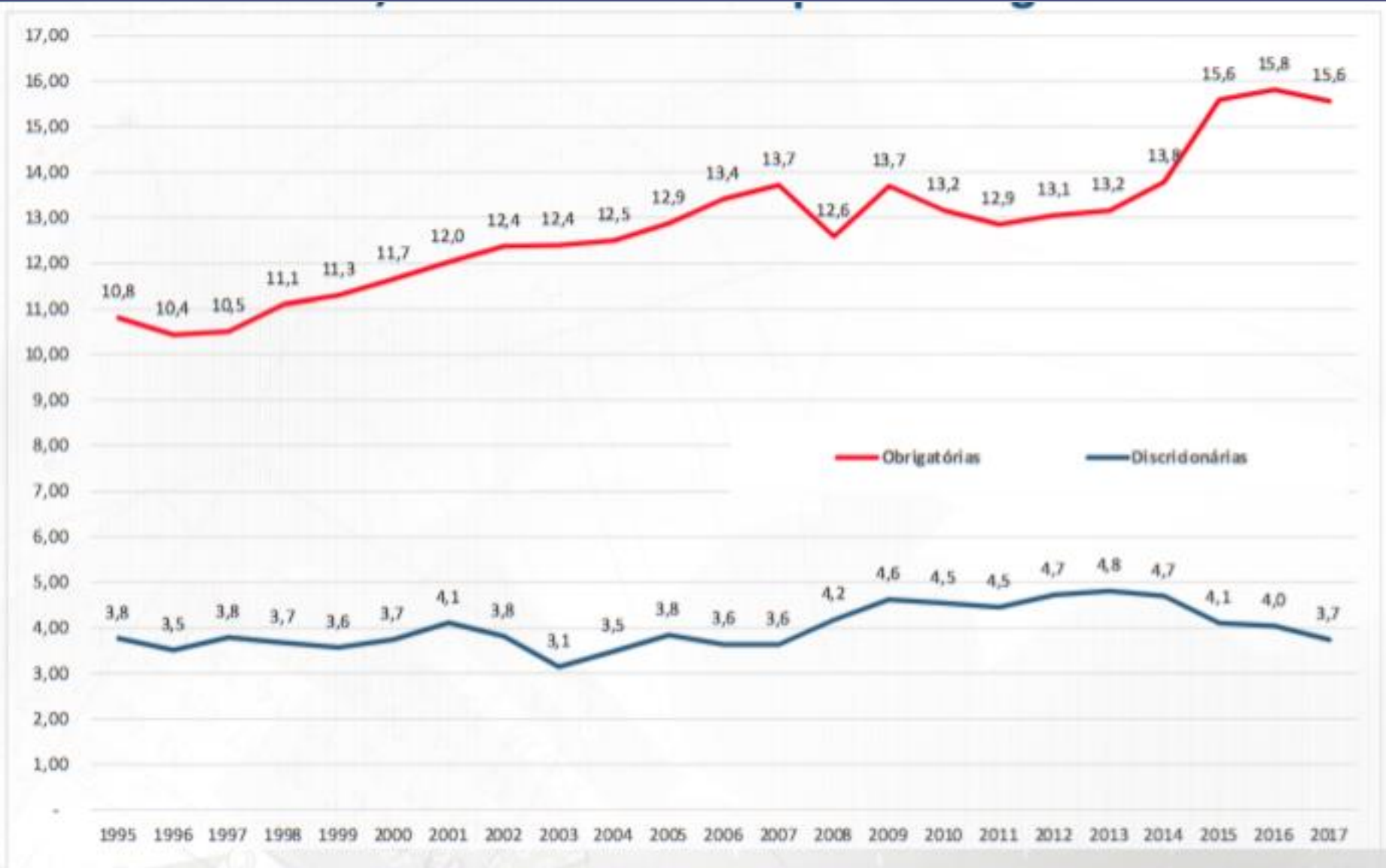
Despesa Primária*	1.316,3	100,0
Previdência Privada (RGPS)	562,4	42,7
Pessoal Ativo da União	169,8	12,9
Pessoal Inativo da União	114,2	8,7
Demais Obrigatórias	112,2	8,5
Saúde, exceto Pessoal	94,9	7,2
Abono e Seguro-Desemprego	57,4	4,4
Demais Órgãos, exceto Pessoal	55,1	4,2
LOAS/RMV	50,9	3,9
PAC	35,8	2,7
Educação, exceto Pessoal	33,7	2,6
Bolsa-Família	29,7	2,3

* Exclusive Transferências Constitucionais e Legais

Evolução das Despesas Primárias na União (% do PIB)



Evolução das Despesas Primárias na União (% do PIB)



Pontos Fundamentais da PEC 241

1) Ajuste fiscal é condição necessária para:

- ✓ Estabilizar a dívida pública e criar condições para a retomada do crescimento.
- ✓ Evitar o retorno da inflação elevada.

2) Realismo orçamentário:

- ✓ Desestímulo à superestimativa de receitas
- ✓ Fim dos contingenciamentos bilionários
- ✓ Maior protagonismo do Congresso

3) PEC é o começo do ajuste:

- ✓ Reforma da previdência
- ✓ Aperfeiçoamento de políticas públicas



Reflexões sobre o Brasil Dívida Pública

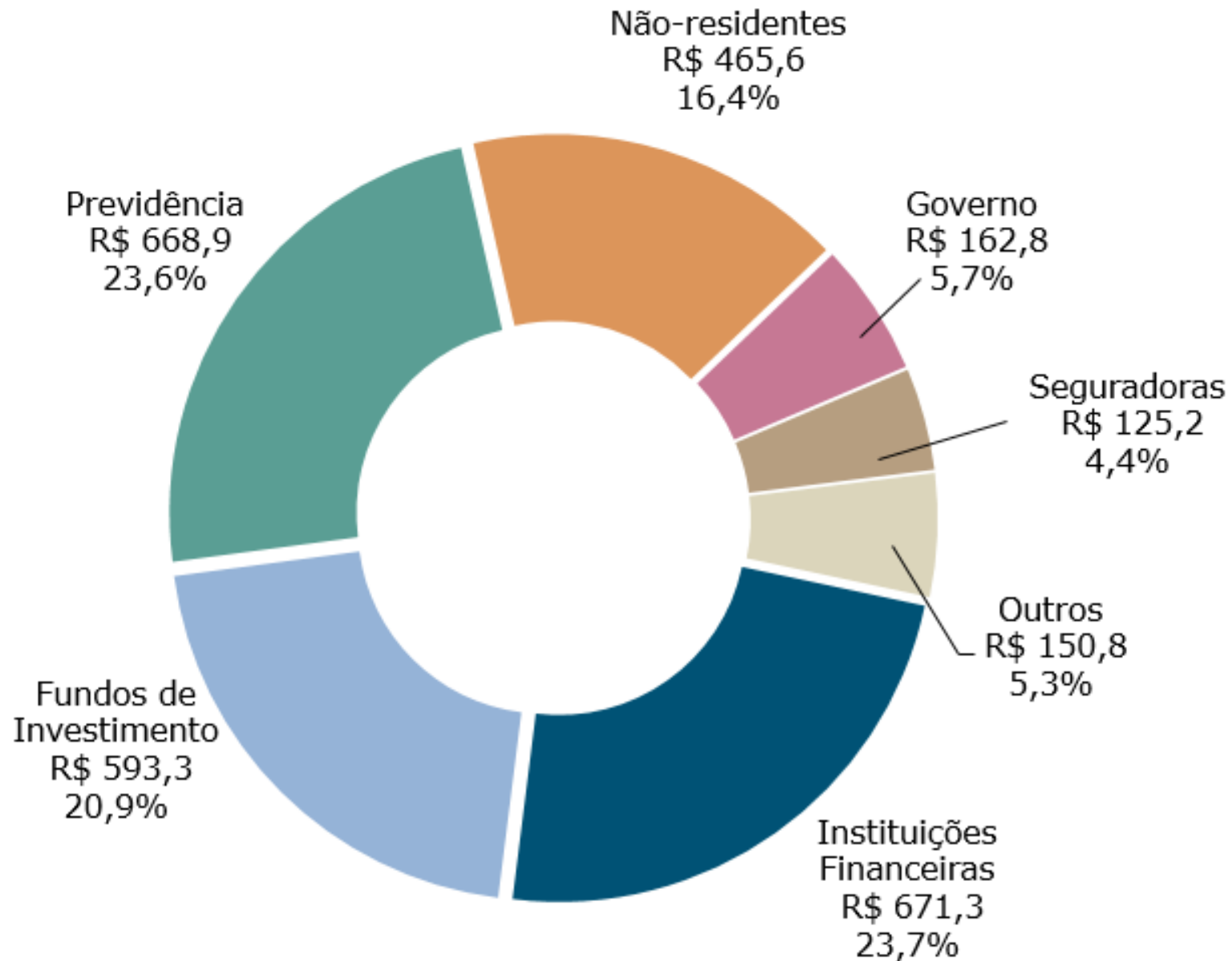
MÓDULO 7

Conteúdo	
1 Planejamento Plano Plurianual - PPA	4 Receita Orçamentária
2 Sistemas Estruturados Elaboração e Gestão do PPA	7 Despesa Orçamentária
3 Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Orçamentária Anual - LOA	8 Encargamento de Exercícios Ressarcimento e Contas-Correntes
4 Elaboração da LCA	9 Programação e Execução Orçamentária e Financeira
5 Transferência no Congresso Comissão de Apropriação	10 Tesouro Nacional e SFM Suplementos de Fundos Tributária de Apropriação

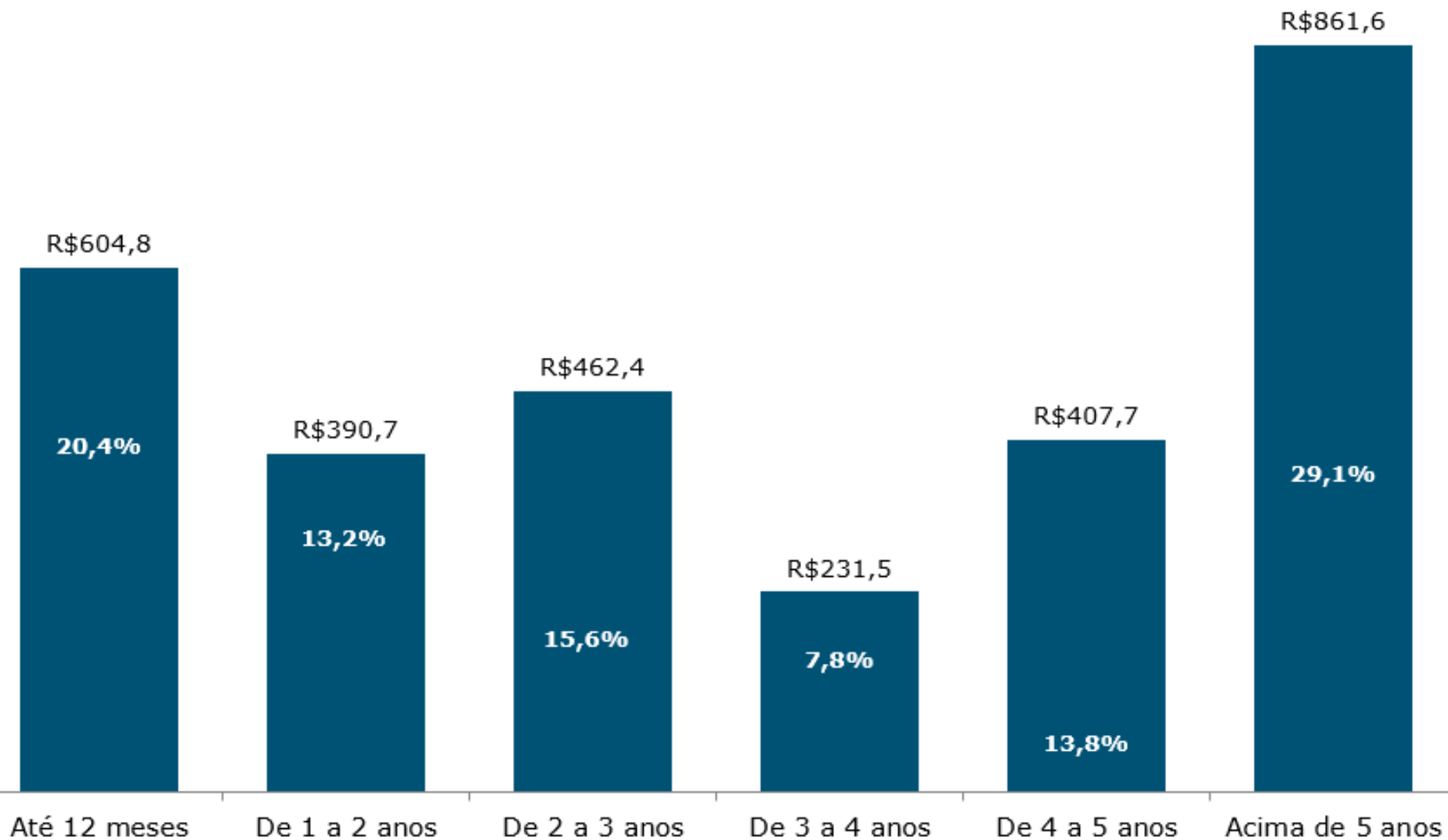
Dívida Pública – Estoque (Jun/2016)

Estoque da Dívida Pública Federal (R\$ Bilhões)		
Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi	(A)	2.837,9
Dívida Pública Federal externa - DPFe	(B)	120,8
Dívida Pública Federal - DPF	(A) + (B)	2.958,6
Prazo e Vida Média (anos)		
Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi		4,44
Dívida Pública Federal externa - DPFe		7,01
Dívida Pública Federal - DPF		4,55
Dívida Pública Federal - DPF - Vida Média		6,46
Custo Médio acumulado em 12 meses (% a.a.)		
Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi		14,02
Dívida Pública Federal externa - DPFe		9,34
Dívida Pública Federal - DPF		13,80

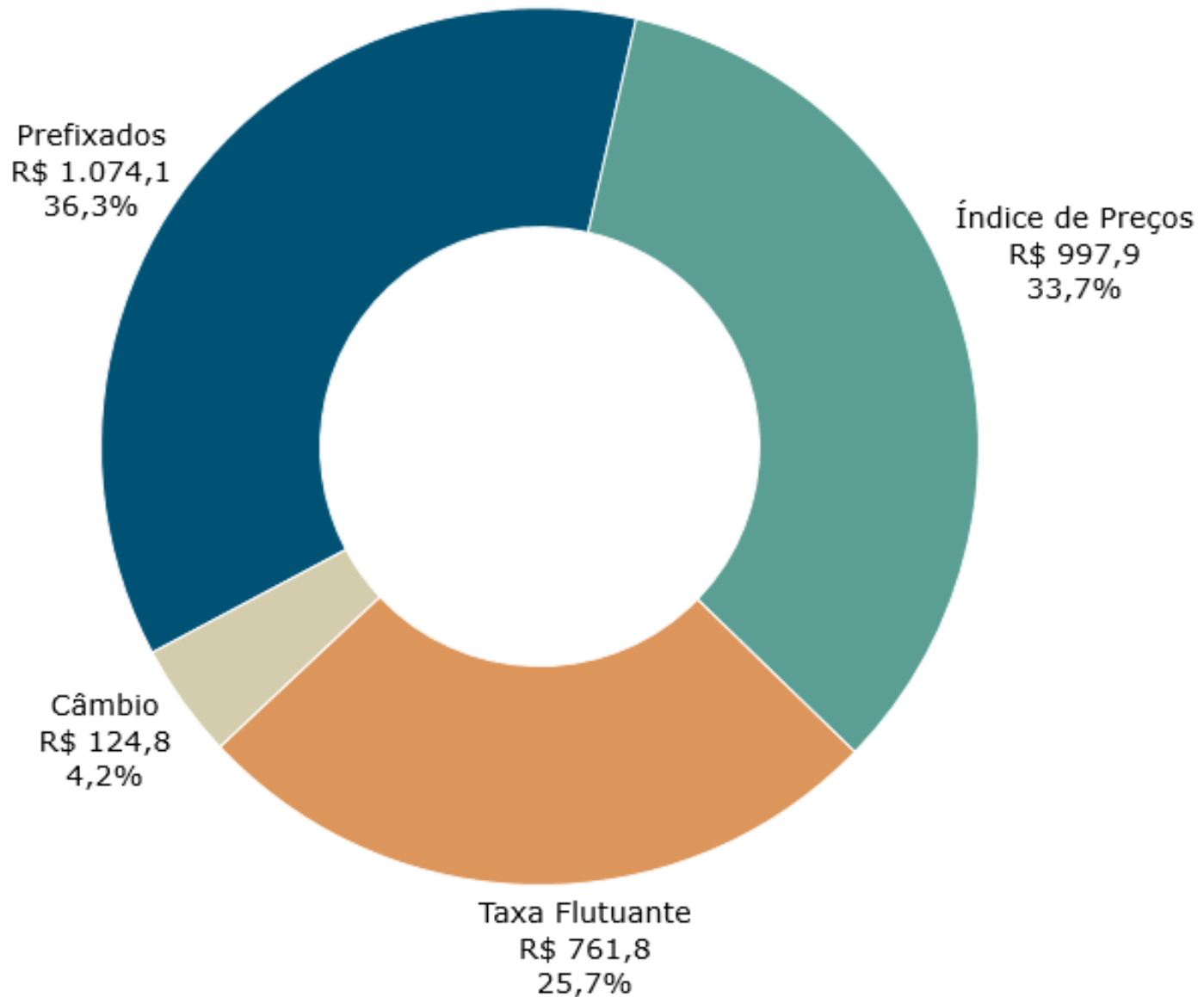
Dívida Pública – Detentores (Jun/2016)



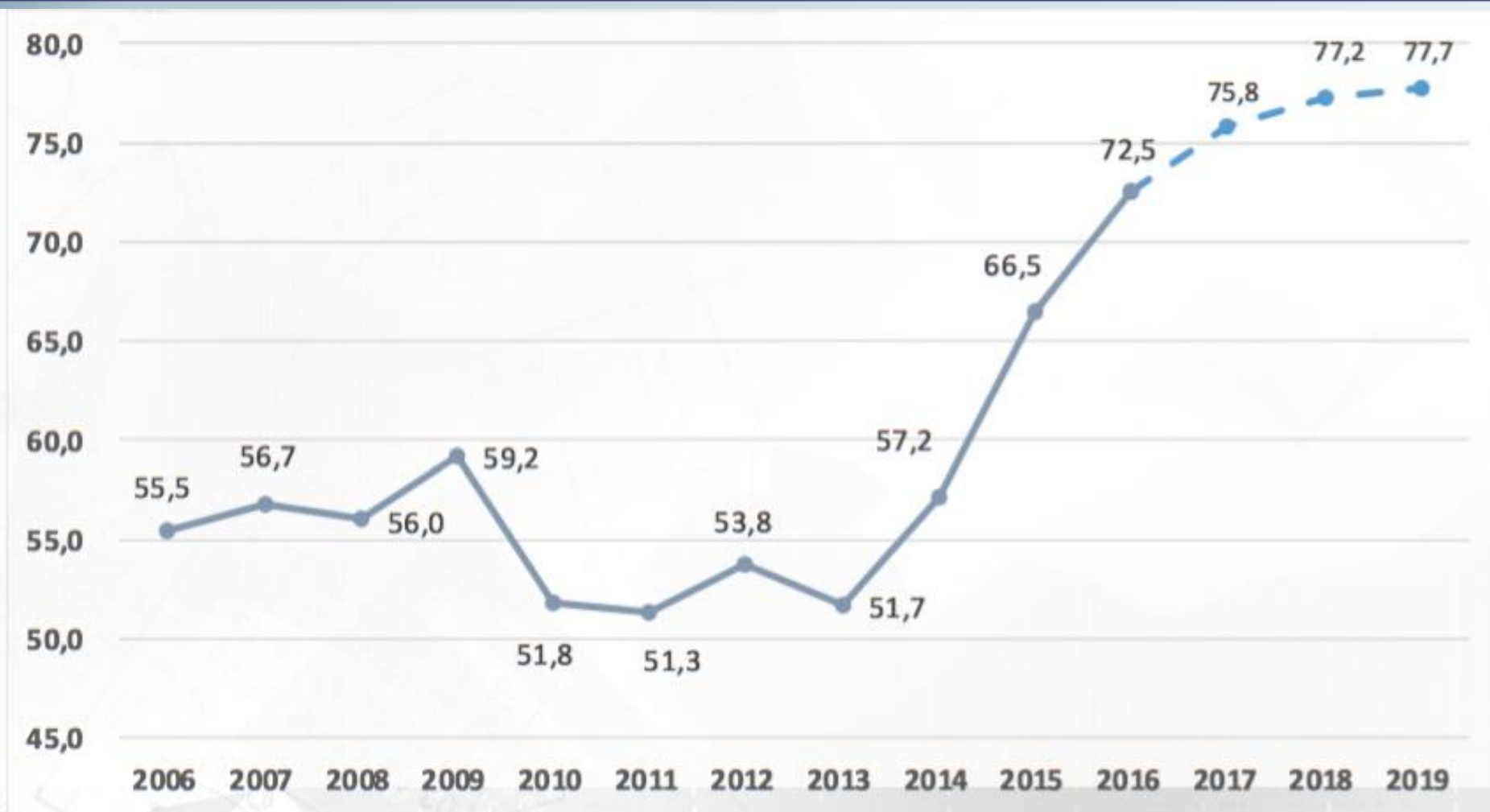
Dívida Pública – Vencimento (Jun/2016)



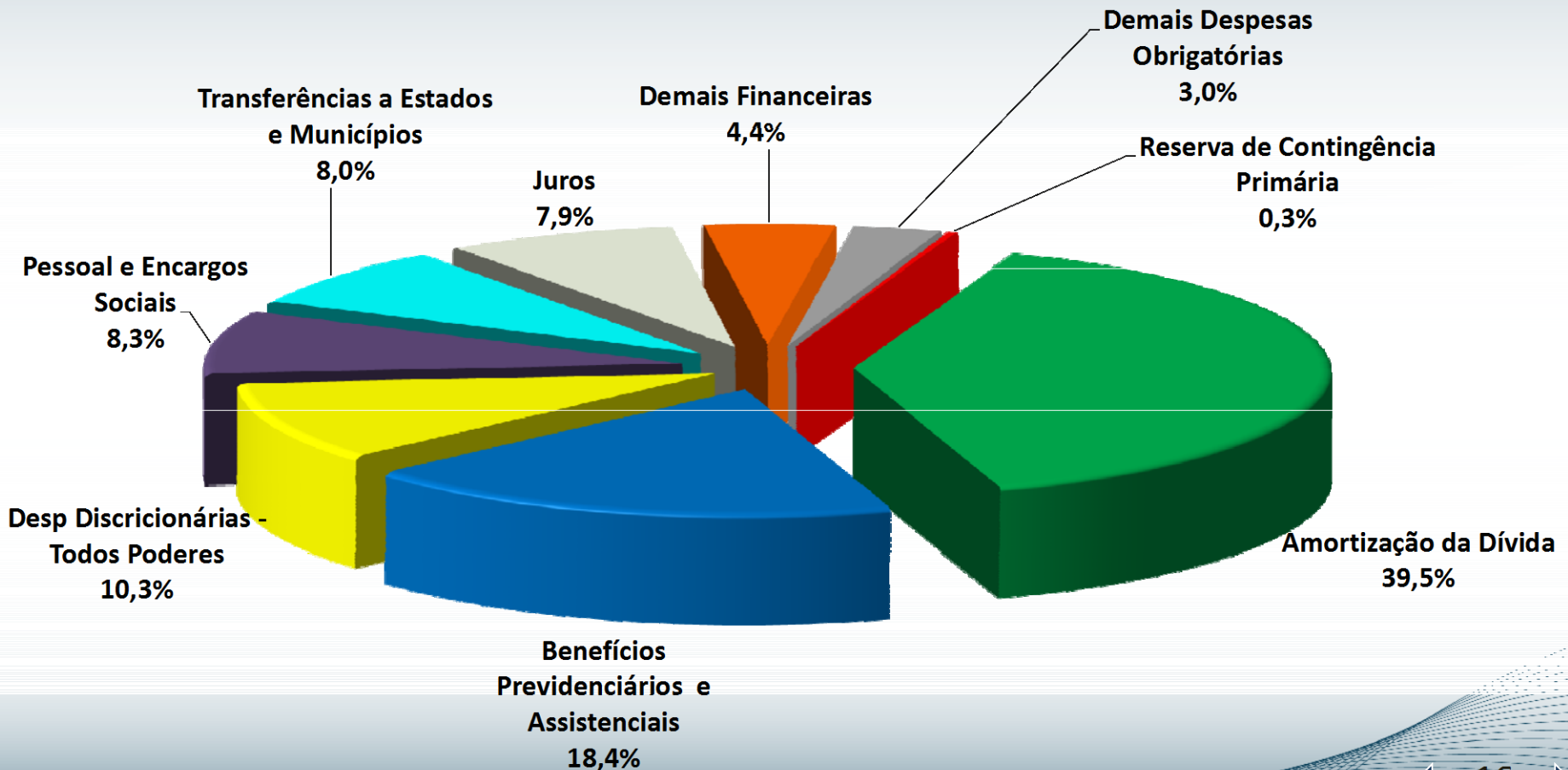
Dívida Pública – Composição (Jun 2016)



Projeção da Dívida Bruta (% do PIB)

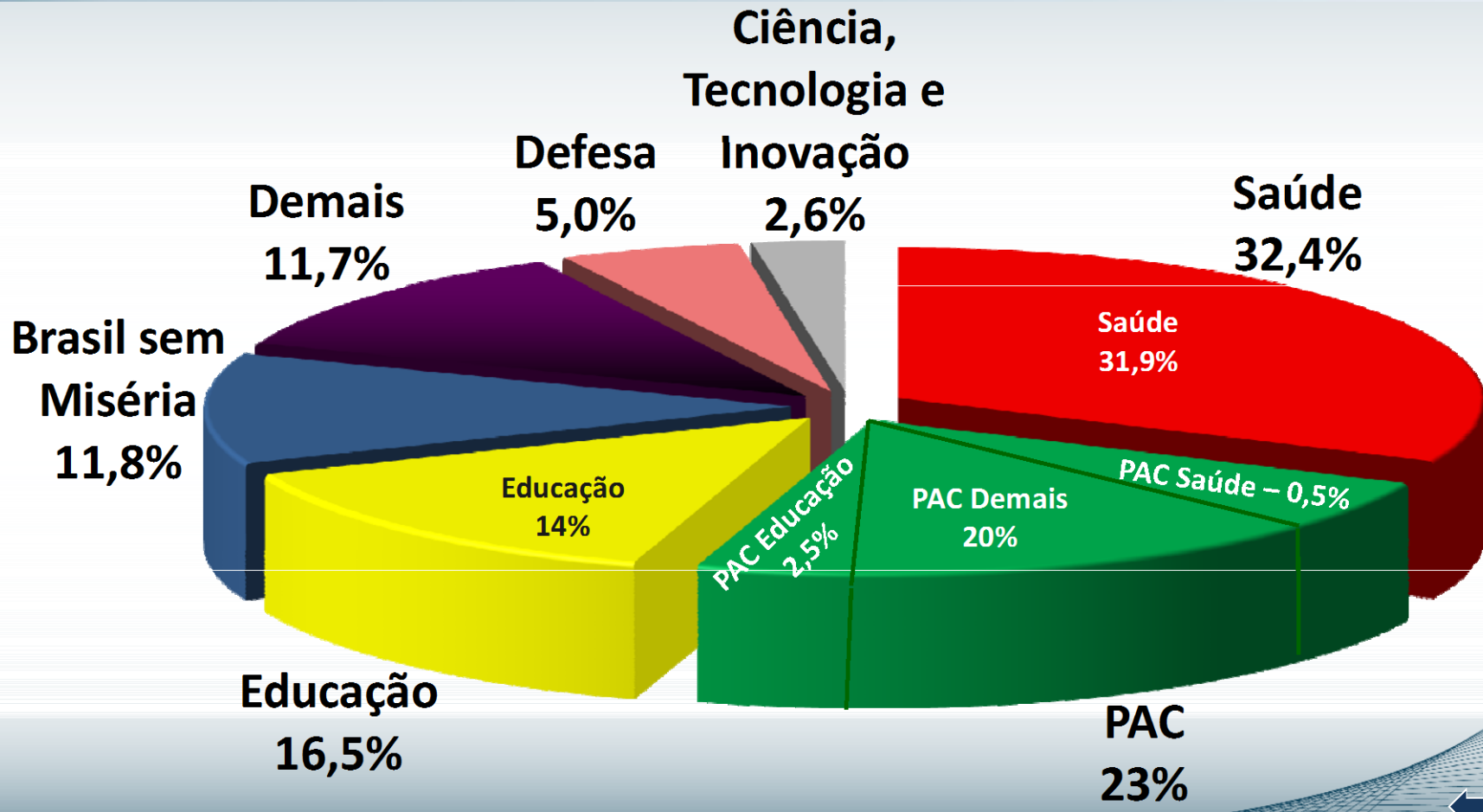


PLOA União 2015 – Orçamento Total (R\$ 2,86 Tri)



PLOA União 2015

Despesas Discricionárias (R\$ 294,9 Bi)



Previsão de Receitas – PLOA 2017

	R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.474.547.433.133
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	474.901.692.880
Contribuições	802.887.252.473
Receita Patrimonial	83.259.681.502
Receita Agropecuária	28.674.726
Receita Industrial	1.918.223.721
Receita de Serviços	37.225.520.454
Transferências Correntes	1.365.819.427
Outras Receitas Correntes	72.960.567.950
2. RECEITAS DE CAPITAL	978.514.809.870
Operações de Crédito(*)	619.929.919.163
Alienação de Bens	8.073.335.020
Amortização de Empréstimos	20.726.377.928
Transferências de Capital	222.505.661
Outras Receitas de Capital	329.562.672.098
SUBTOTAL (1+2)	2.453.062.243.003
3. REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	946.407.726.665
TOTAL	3.399.469.969.668

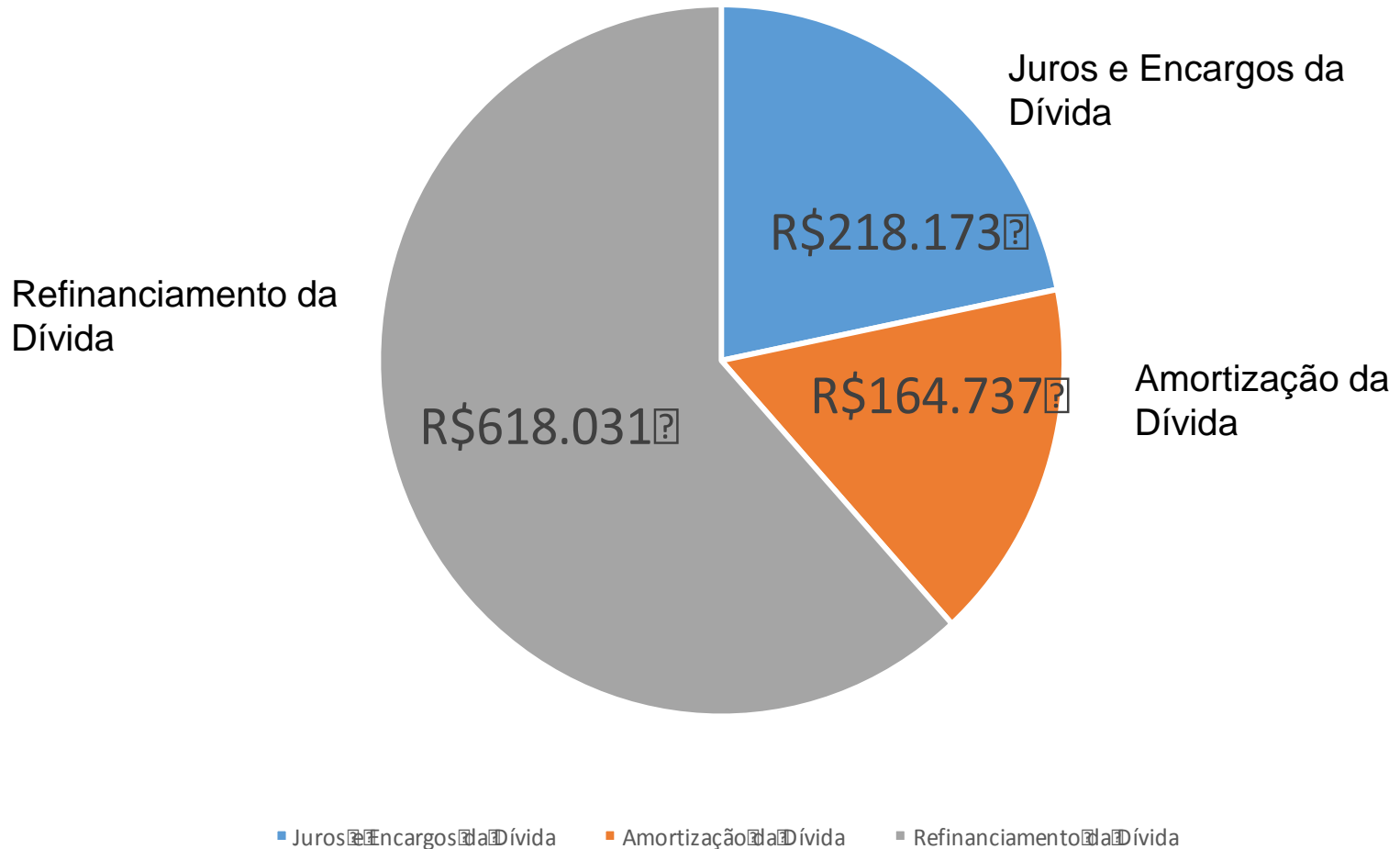


(*) Exclusive Refinanciamento da Dívida Pública Federal

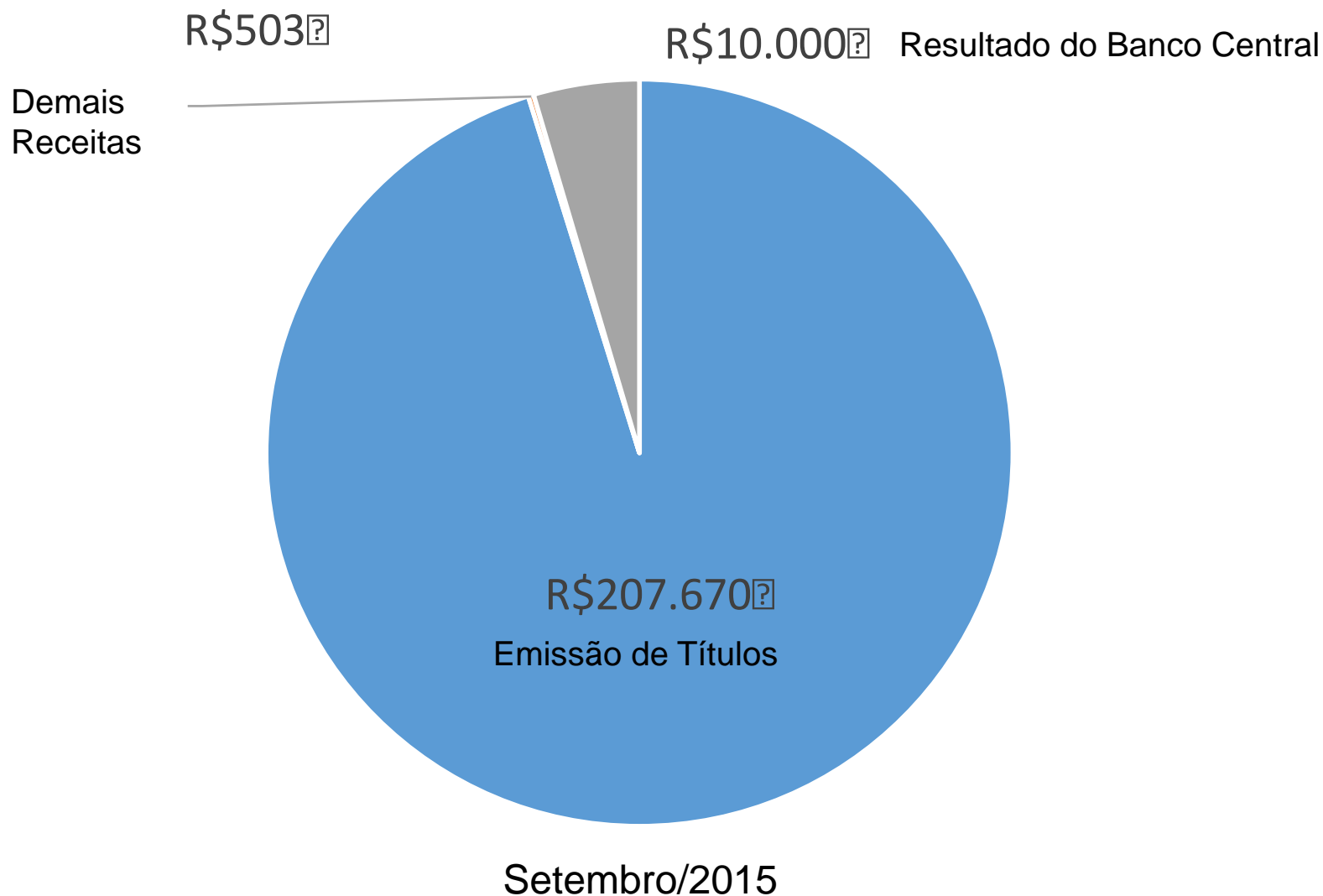
Gastos com a Dívida Pública

R\$ 1.000.941 milhões

Setembro/2015



Despesa com Juros da Dívida R\$ 218.173 milhões



■ Emissão de Títulos

■ Demais Fontes (Receita Própria, Juros de Aplicação, Retorno de Op. Crédito)

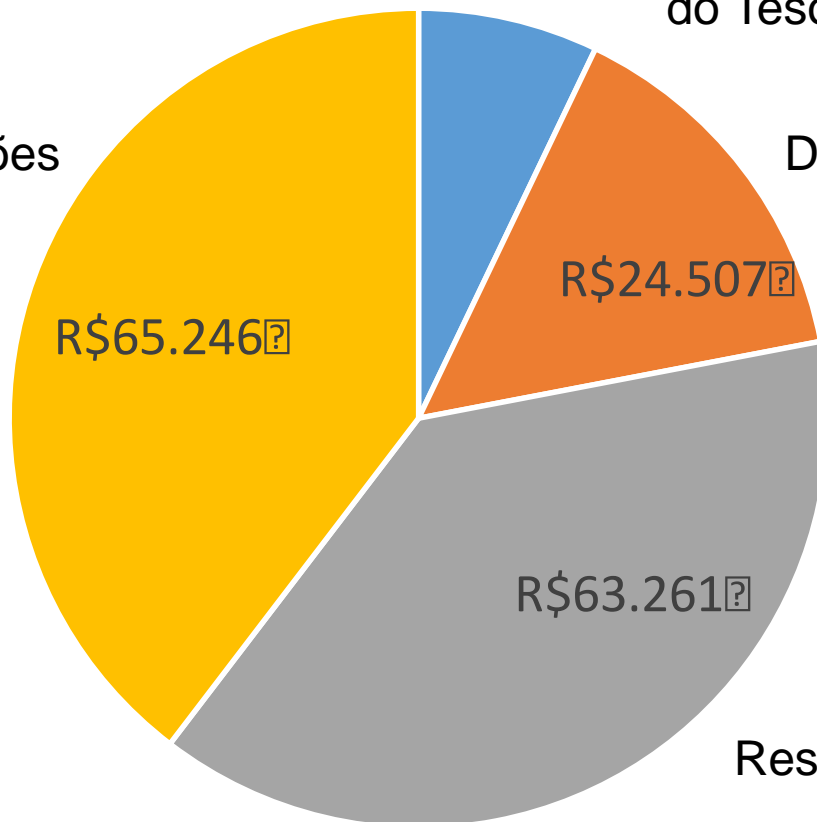
■ Resultado do Banco Central

Amortização da Dívida R\$164.737 milhões

R\$11.723 Remuneração de Disponibilidade do Tesouro Nacional

Retorno de Operações de Crédito

Dividendos da União



R\$63.261

Resultado do Banco Central

Setembro/2015

Remuneração de Disponibilidade do Tesouro Nacional Dividendos da União Resultado do Banco Central Retornos de Operações de Crédito (R\$65.246)



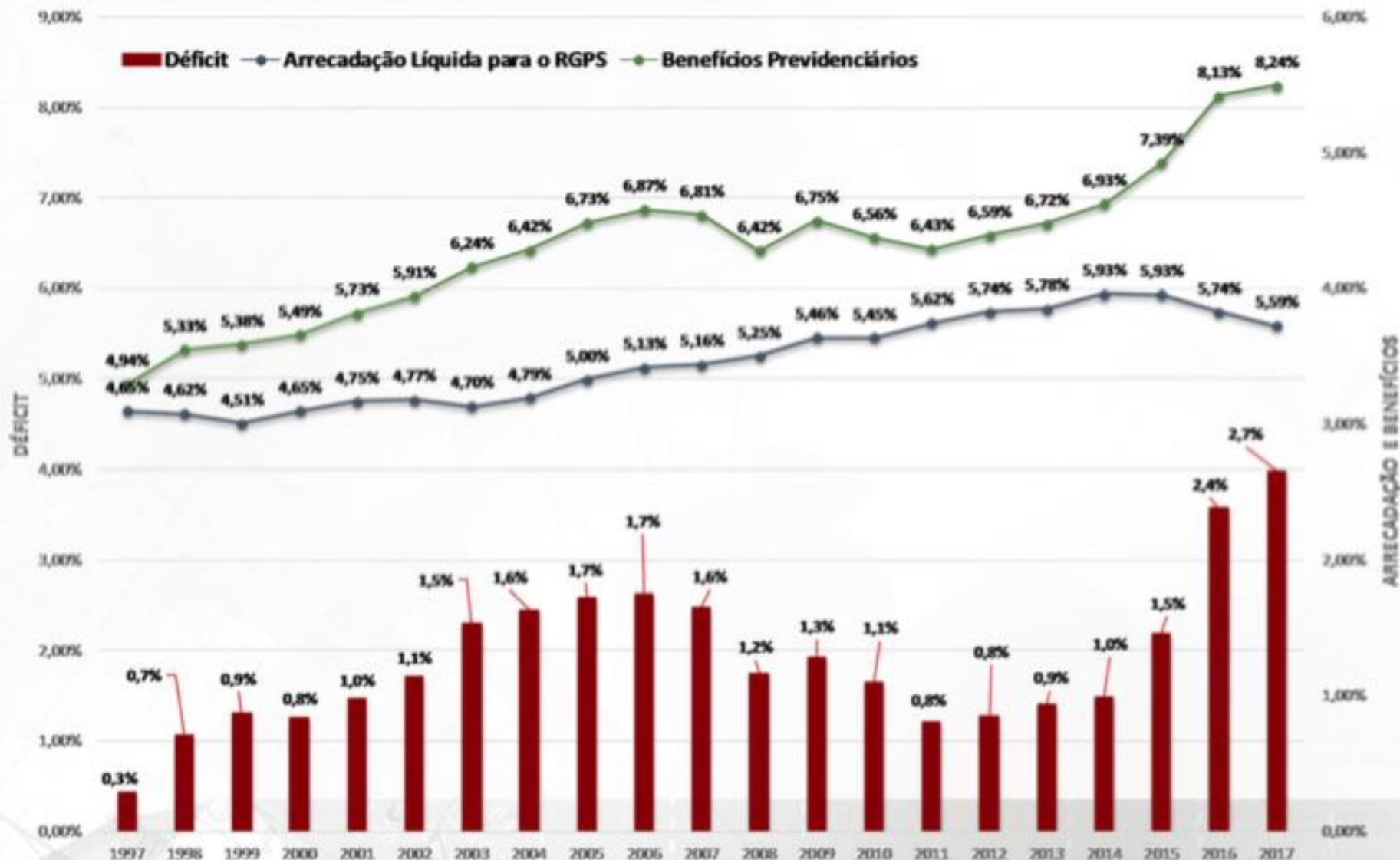
Reflexões sobre o Brasil

Previdência

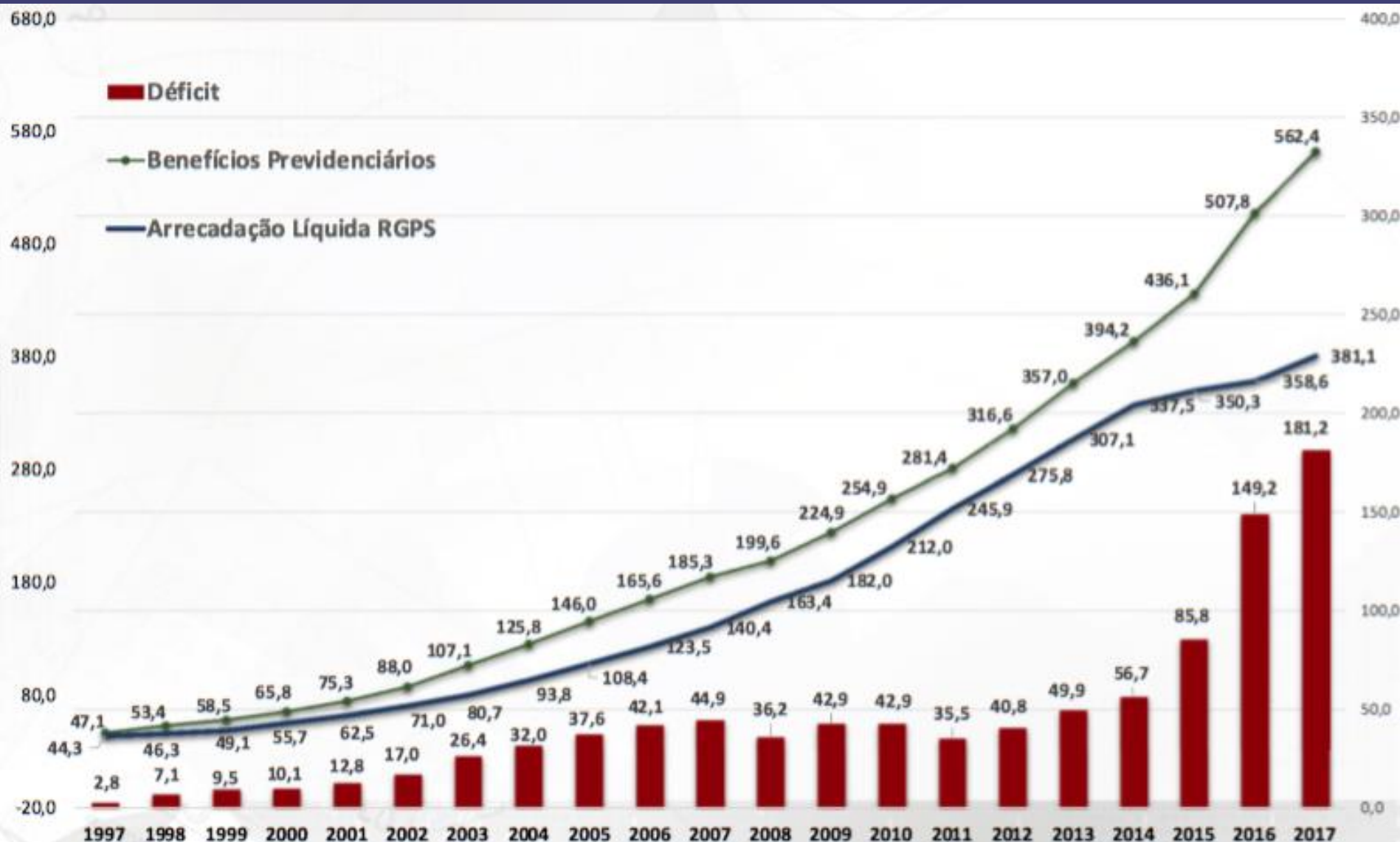
MÓDULO 8

Conteúdo	
1 Planejamento Plano Plurianual - PPA	4 Receita Orçamentária
2 Sistemas Estruturados Elaboração e Gestão do PPA	7 Despesa Orçamentária
3 Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Orçamentária Anual - LOA	8 Encargamento de Exercício Reserva e Pagor e Contas Orais
4 Elaboração da LOA	9 Programação e Execução Orçamentária e Financeira
5 Transferência no Congresso Condições de Apropriação	10 Reserva Nacional e SFM Suplementos de Fundos Tributação de Apropriação

Deficit do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) (% do PIB)

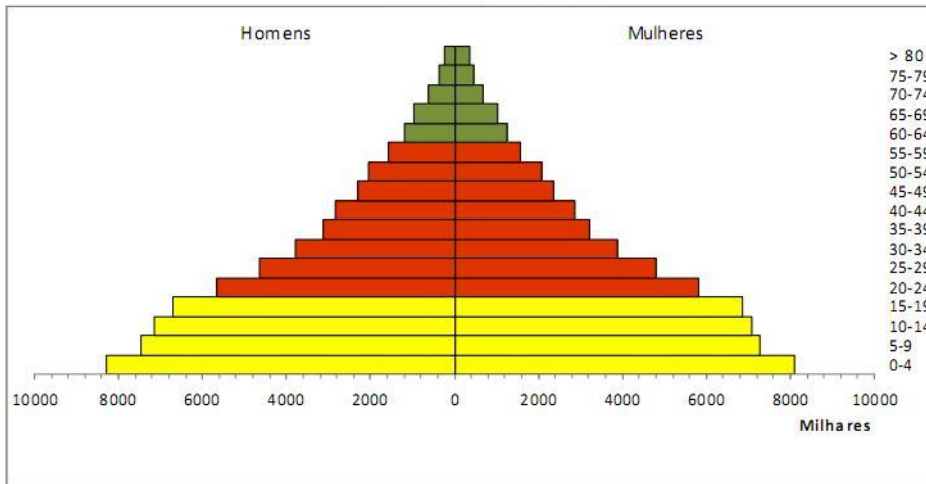


Deficit do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) (R\$ Bilhões)



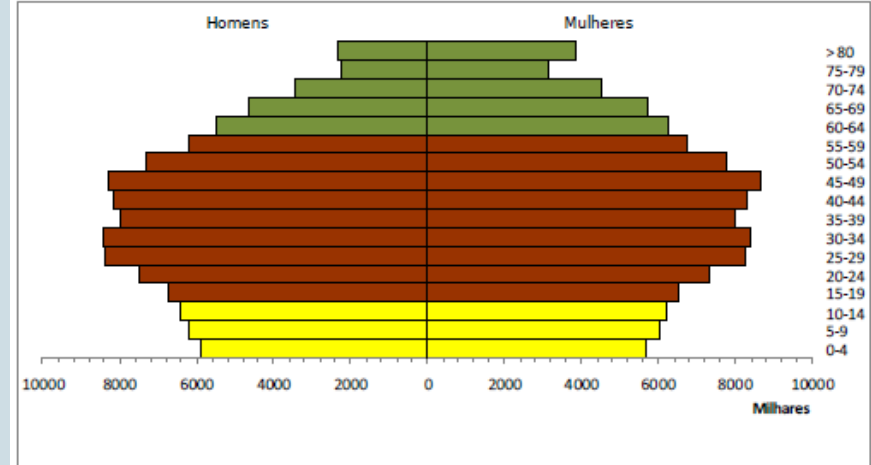
"Pirâmide" Populacional Brasileira

Pirâmide Populacional Brasileira – 1980
(Valores em milhares)



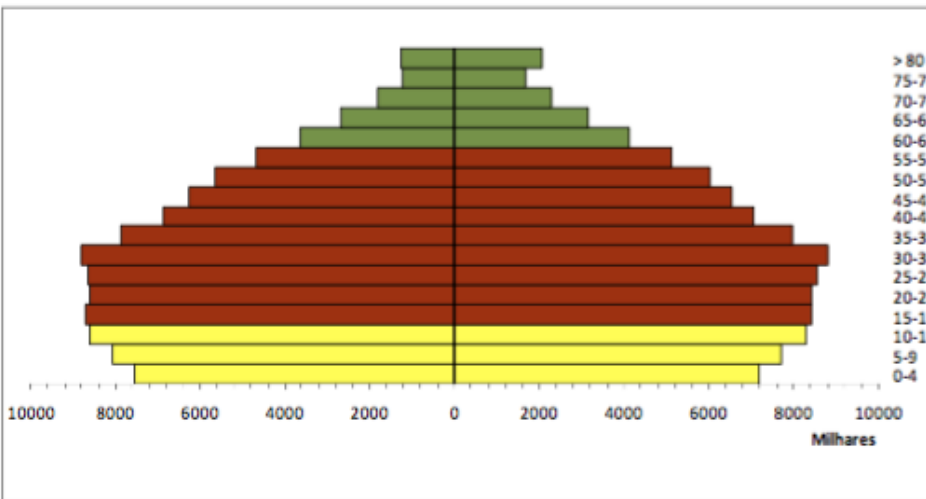
Fonte: IBGE
Elaboração: SPS/MPS

Gráfico 3.3
Pirâmide Populacional Brasileira – 2031

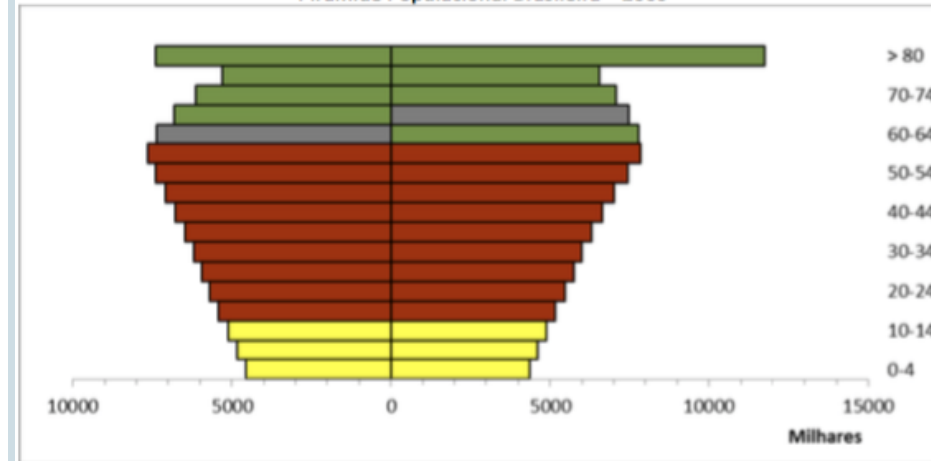


Fonte: IBGE
Elaboração: SPS/MPS

Pirâmide Populacional Brasileira – 2015

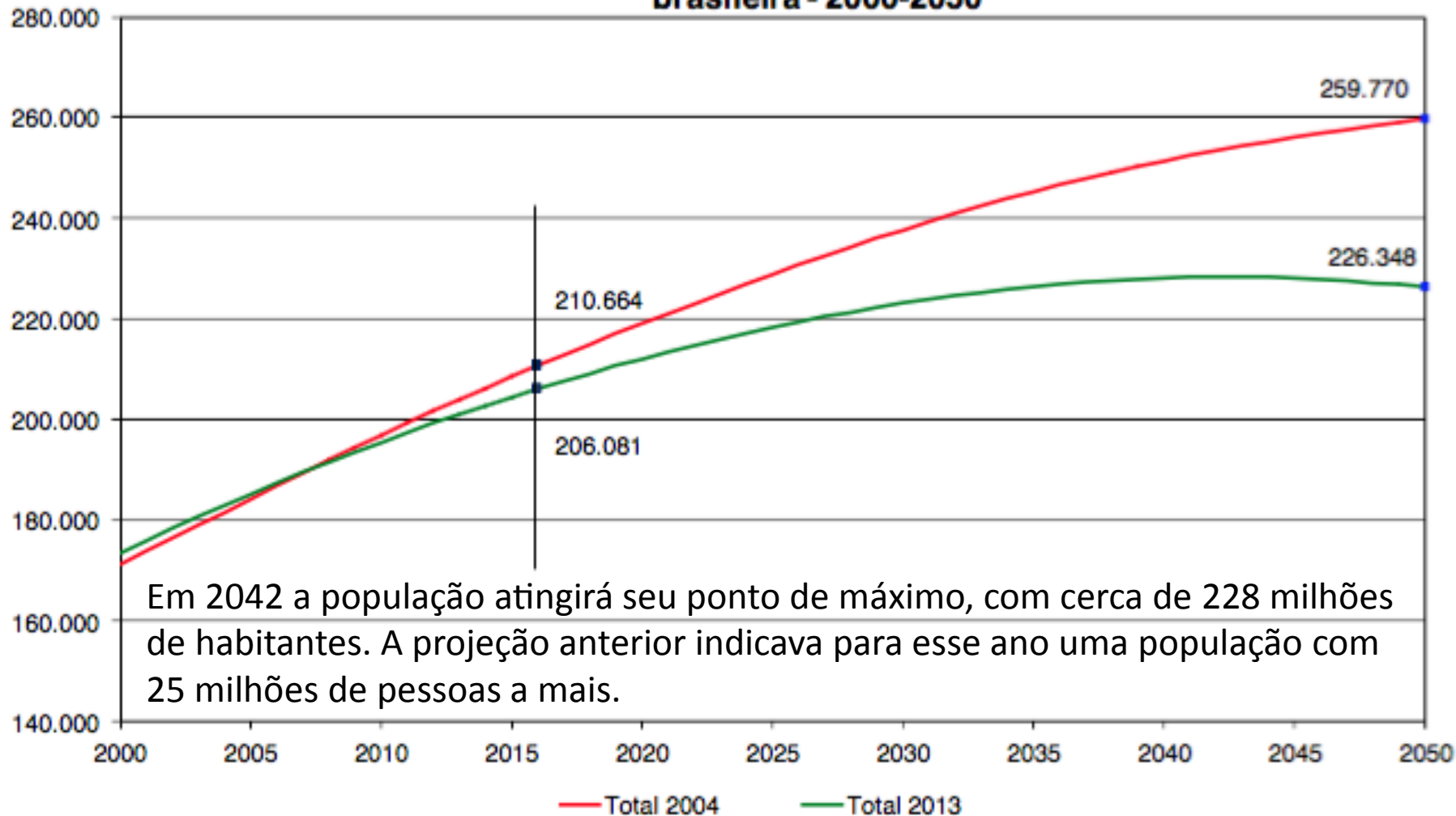


Pirâmide Populacional Brasileira – 2060



A Previdência como Grande Problema Fiscal

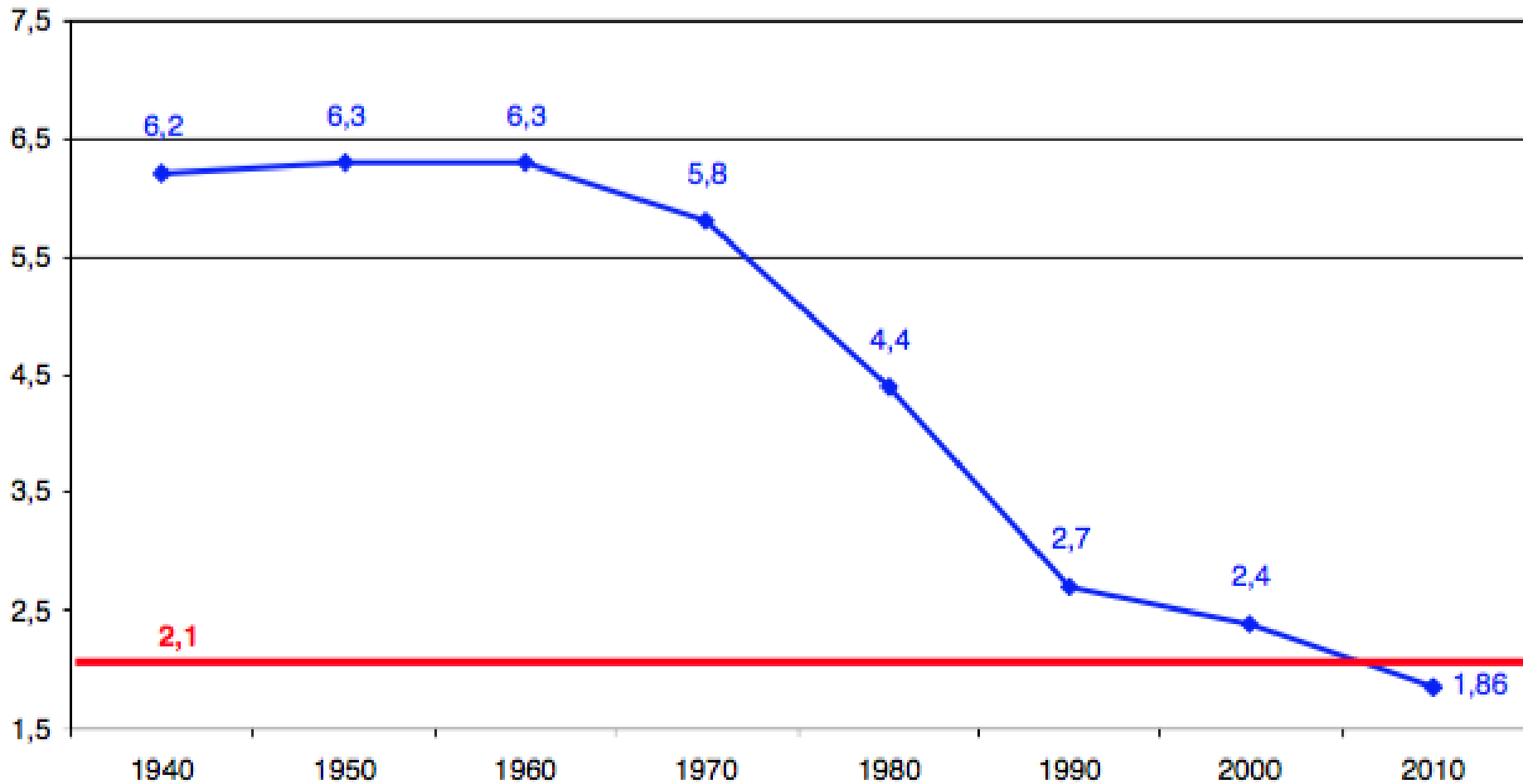
Gráfico 3.5 - Projeções 2004 e 2013 para a evolução da população brasileira - 2000-2050



Em 2042 a população atingirá seu ponto de máximo, com cerca de 228 milhões de habitantes. A projeção anterior indicava para esse ano uma população com 25 milhões de pessoas a mais.

A Previdência como Grande Problema Fiscal

Gráfico 3.4 - Evolução da Taxa de Fecundidade - Brasil - 1940-2010



A Previdência como Grande Problema Fiscal

Evolução da expectativa de sobrevida no Brasil - 1930/2010

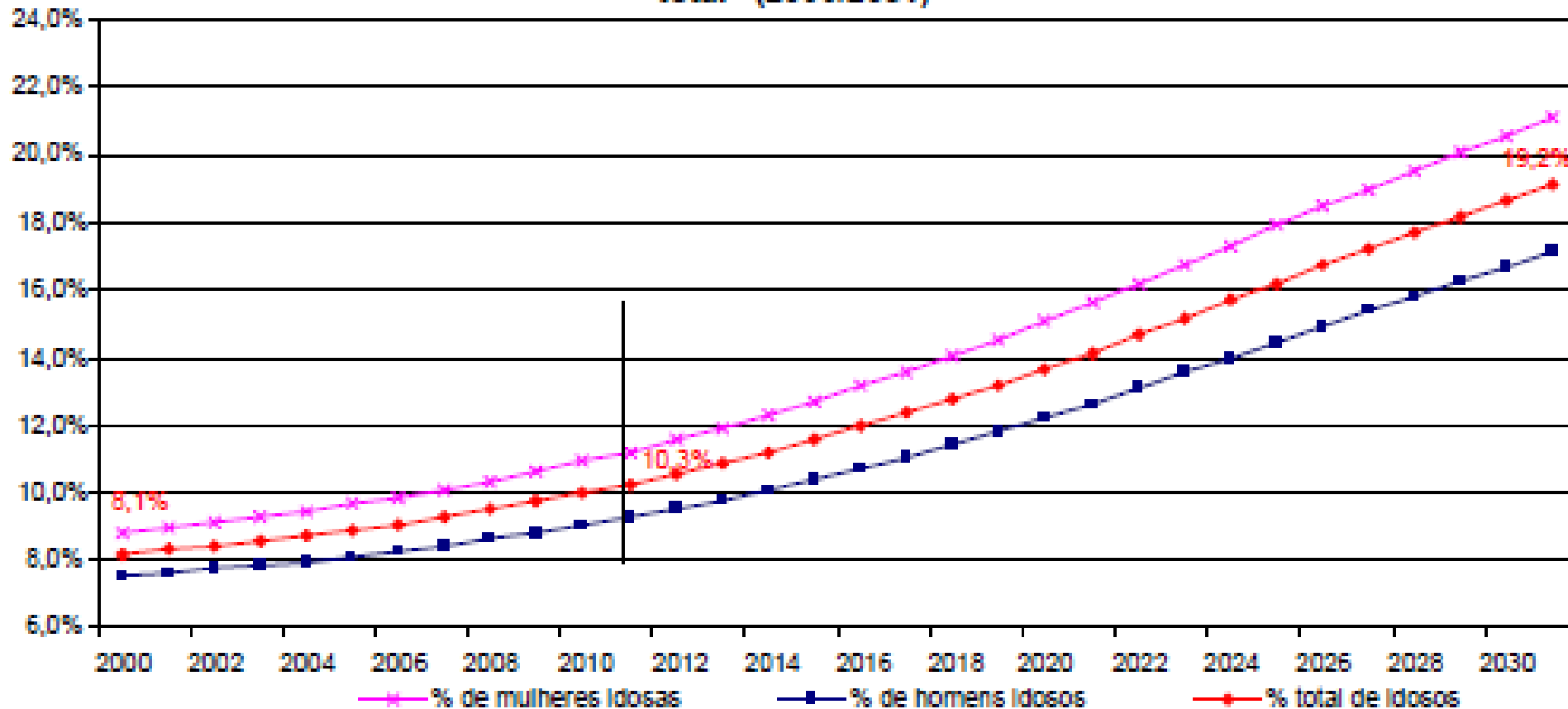
Idade	1930/40		1970/80		2000		2010	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0	39	43	55	60	64	72	70	77
10	45	48	53	57	58	65	62	69
20	38	40	45	48	48	55	53	59
30	31	33	37	40	40	46	44	50
40	24	26	29	32	31	36	35	40
50	18	20	22	24	23	27	27	31
55	16	17	19	21	19	23	23	27
60	13	14	16	17	16	19	20	23
65	11	11	13	14	13	15	16	19
70	8	9	11	11	10	12	13	16

Fonte: IBGE

Obs. Valores arredondados para a unidade mais próxima.

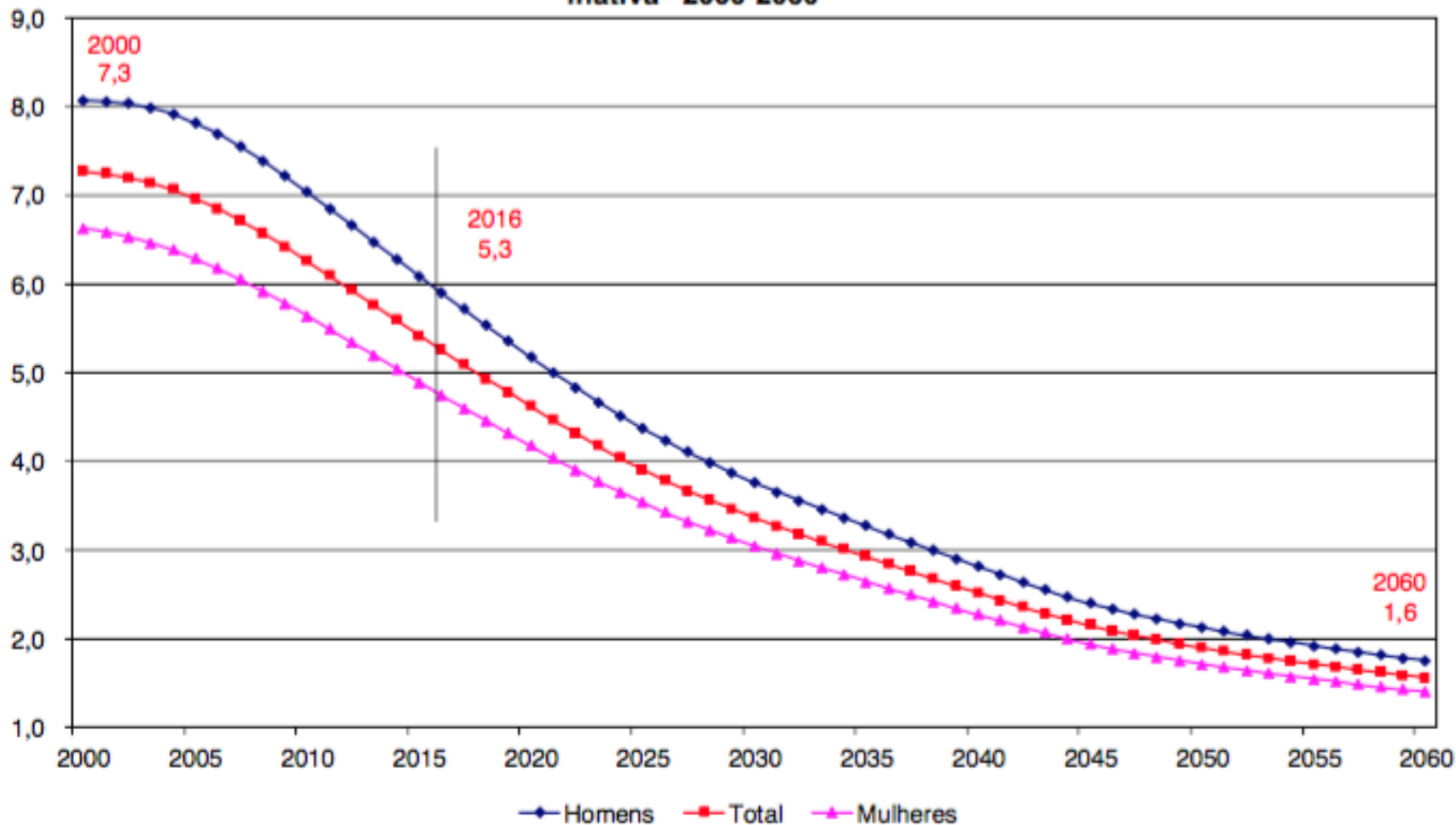
A Previdência como Grande Problema Fiscal

Gráfico 3.8 - Evolução da participação da população acima de 60 anos por gênero e total (2000/2031)



A Previdência como Grande Problema Fiscal

Gráfico 3.11 Quantidade de pessoas em idade ativa para cada pessoa em idade inativa - 2000-2060



Fonte: IBGE

Elaboração: SPSS/MPS

A Previdência como Grande Problema Fiscal

Balço Atuarial Com Separaço dos Compromissos da Geraço Atual e das Gerações Futuras

Juros : 6% a.a.

União - Consolidado - Todos os Poderes

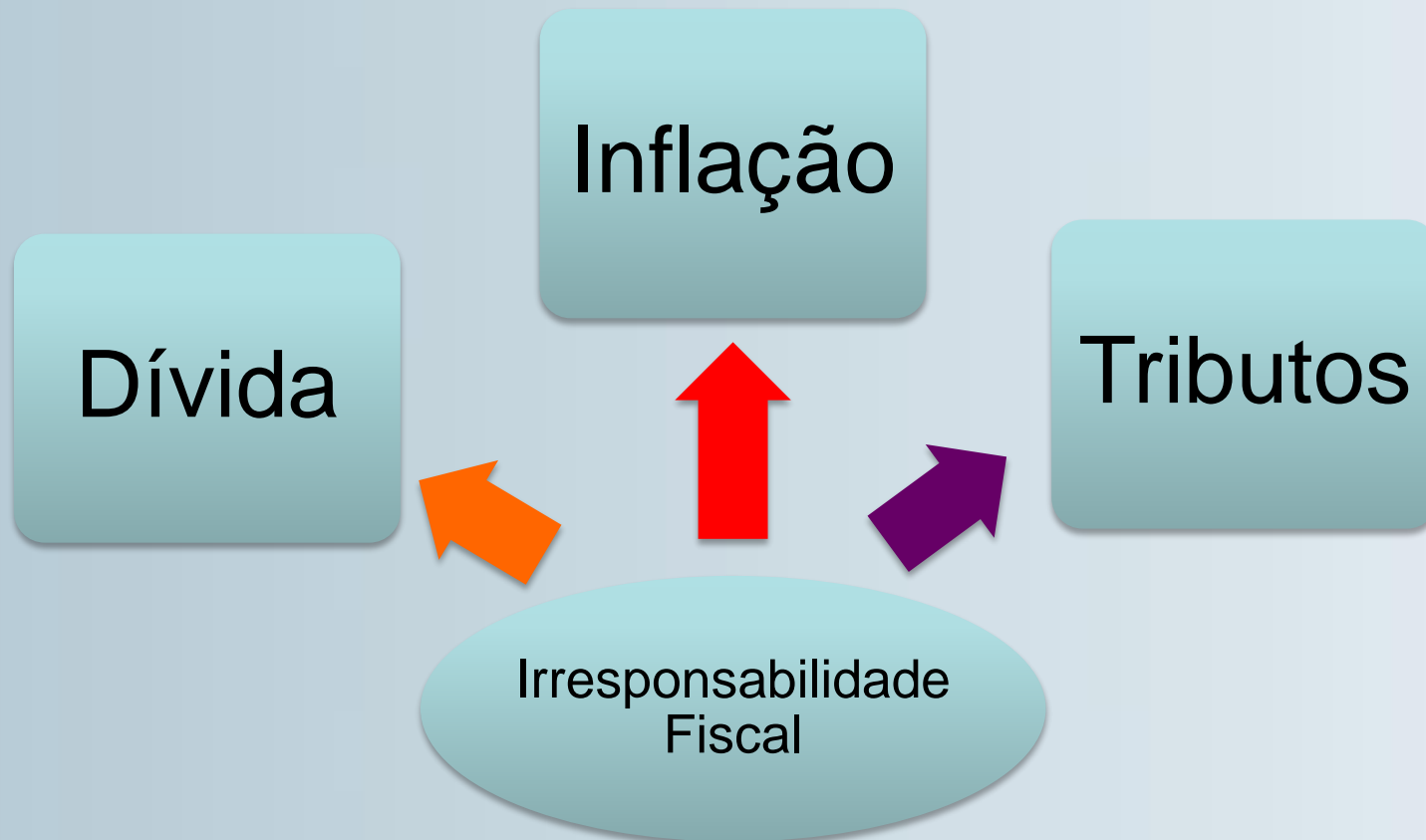
Data da Avaliação: 31/12/2015

Em R\$

ATIVO		PASSIVO	
Recursos Garantidores	0,00	Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos	588.207.131.800,00
Valor Presente Atuarial das Contribuições	407.395.227.568,81	Aposentadorias	389.663.338.038,97
Sobre Salários	332.872.066.733,60	Pensões	198.543.793.761,03
Geração Atual	183.101.701.749,47	Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder	1.062.874.093.240,88
Servidor	61.033.900.583,16	Geração Atual	928.682.077.880,20
Ente	122.067.801.166,32	Aposentadorias	694.163.597.455,28
Gerações Futuras	149.770.364.984,13	Programadas	681.291.493.646,84
Servidor	49.923.454.994,71	Por Invalidez	12.872.103.808,44
Ente	99.846.909.989,42	Pensões	234.518.480.424,92
Sobre Benefícios	74.523.160.835,21	Servidores	128.519.295.013,38
Geração Atual	74.523.160.835,21	Aposentados	105.999.185.411,55
Gerações Futuras	0,00	Gerações Futuras	134.192.015.360,68
Compensação Financeira	0,00	Aposentadorias	98.886.009.900,87
Sobre Benefícios a Conceder	0,00	Programadas	93.129.287.850,08
Sobre Benefícios Concedidos	0,00	Por Invalidez	5.756.722.050,79
Parcelamentos	0,00	Pensões	35.306.005.459,81
Déficit Atuarial	1.243.685.997.472,07	Servidores	35.306.005.459,81
		Aposentados	0,00
Total	1.651.081.225.040,88	Total	1.651.081.225.040,88

Disciplina Fiscal x Programas Sociais

Governos se perdem num ideal de que tudo é possível.
No entanto, as coisas que são possíveis são aquelas que são financiáveis.



Política fiscal sustentável garante políticas sociais continuadas.

Cuidado com as escolhas das soluções...

Para todo problema complexo existe sempre uma solução simples, elegante e completamente errada

[H. L. Mencken](#)

Henry Louis Mencken (1880 - 1956), foi um jornalista e crítico social norte-americano.



Diga ai Falcão...



“De onde menos se espera é que não sai porra nenhuma”

www.facebook.com/nacaonordestina

Baseado no artigo do Professor Paulo Feijó:

A Contabilidade e o Relacionamento Conjugal: Segundo as Normas Internacionais.



A Contabilidade e o

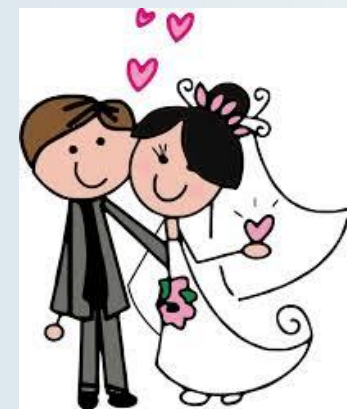
RELACIONAMENTO CONJUGAL

Como Avaliar os resultados de uma relação conjugal ?



A Contabilidade pode ajudar a partir da adaptação de alguns conceitos, princípios e técnicas.

De imediato aplica-se o princípio da Entidade: não mais existirão duas pessoas, mas uma única entidade que não se confunde com os indivíduos que integram a relação.



Outro princípio é o da Continuidade, pois não se casam com data de validade ou com o objetivo de se separar no futuro.

A Equação Fundamental do Relacionamento Conjugal

Patrimônio da Relação
Ativos Emocionais
Passivos Patrimoniais
Passivos Emocionais
Passivos Patrimoniais
Saldo da Relação



Inicialmente aplica-se o princípio do Registro pelo Valor Original pelo valor de “compra” de cada um que integra a relação.



As promessas de longo prazo ditas no momento da paixão devem ser avaliadas a valor justo (fair value) e trazidas a valores de hoje (valor presente), para não inflar as expectativas.

Pode precisar de conta retificadora no ativo emocional em contrapartida de uma provisão. Ex. uma expectativa não correspondida.

A provisão pode ser revertida: são os pedidos de desculpas, a mão na consciência e o infalível envio de flores...

O acordo para geração de um filho registra-se no patrimônio líquido da relação “capital a integralizar”.



A notícia da gravidez deve ser anunciada para todos os acionistas (familiares e amigos) como um fato relevante, senão serão acusados de “inside information”.



Cada avaliação pré-natal aumenta um ativo a incorporar na relação, em contrapartida da receita (felicidade da relação).



Sob a ótica orçamentária o filho é um investimento, pois agrega algo novo à relação. Se algum dos parceiros já traz filhos incorporados será uma inversão financeira na nova relação, pois já existia na vida de um dos cônjuges.



Nos momentos difíceis pode-se desejar incorporar outro ativo, externo a relação, muitas vezes denominados de ativo oculto, geralmente financiados como caixa dois, com capacidade de proporcionar benefícios presentes e futuros, para um dos integrantes da relação. Vale ressaltar que é um ativo de risco!! É “Derivativo Emocional”.

Ao se desincorporar esse ativo as consequências podem ser desastrosas a ponto de se avaliar que patrimônio emocional ficou a descoberto e exigir um novo aporte emocional ou a falência da relação.



Sob a ótica orçamentária na fase em que o ativo oculto estiver atuando suas despesas devem ser registradas como terceirização e o cônjuge passa a ser um “colaborador eventual”.

A Contabilidade e o Relacionamento Conjugal

**Então ame, viva, registre as emoções,
celebre as conquistas,**

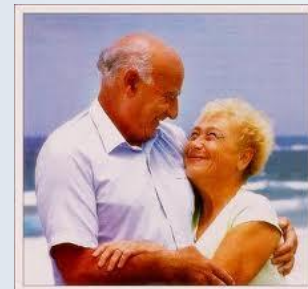
provisione as decepções,

avalie as expectativas a valor justo,

valorize seu companheiro(a) e

**pontencialize a capacidade que ele(a) tem de gerar
benefícios emocionais para a relação,**

**pois essas são boas práticas de governança para uma
relação duradoura!**



O cartão que ajuda numa relação duradoura

Funai
CARD



A cada 10
pontos
acumulados



Muito Obrigado!!!

“A base de tudo, a essência, é o saber.

O saber pode te levar ao ter. O saber pode te levar ao poder.

Não é desejável que o ter leve ao poder. Mas é inadmissível que o poder te leve ao ter.

San Tiago Dantas - Aula de Civismo”



paulofeijo@me.com

Paulo Henrique Feijó



professordavila@hotmail.com

Antonio Carlos d'Ávila Carvalho Jr.